

MEMÓRIAS SOMBRIAS

LOCAIS DE TORTURA NA CIDADE DO RECIFE
NOS TEMPOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR
(1964-1985)

DÉSIRÉE SANTOS



M533 Memórias sombrias : locais de tortura na cidade do Recife nos tempos da ditadura civil-militar / Désirée Ciro Nery dos Santos. -- Vol. 1, n.1, (2024) -

Originalmente apresentado como Relatório técnico de Mestrado Profissional em História.

1. Historiografia. 2. Brasil - História - 1964-1985. 3. Tortura. 4. Cartografia. 5. Pesquisa histórica. I. Santos, Désirée Ciro Nery dos.

CDU 930.28

Pollyanna Alves - CRB4/1002



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE PERNAMBUCO



SUMÁRIO

- 05 LINHA DO TEMPO:** Antes e Depois da Ditadura Civil-Militar no Brasil
- 09 JOÃO GOULART:** Reformas de Base; Comício da Central do Brasil; Marcha da Família com Deus pela Liberdade; Apoiadores do golpe: IBAD e IPES.
- 14 MIGUEL ARRAES** e a atuação do IBAD
- 17 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO:** Comissão Nacional da Verdade e Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara
- 21 TIRANOS DAS SOMBRAS:** os presidentes militares que governaram o Brasil com censuras, torturas, desaparecimentos e execuções sumárias
- 25 DESVENDANDO OS ATOS INSTITUCIONAIS E O AUTORITARISMO NO BRASIL:** Uma Análise Crítica do Regime Militar (1964-1985)
- 27 MÁQUINAS DE REPRESSÃO:** os Órgãos que silenciaram o Brasil no período da Ditadura Civil-Militar
- 28 TEMPOS MACABROS:** Tortura e Métodos de Tortura
- 40 OS LUGARES DO HORROR:** locais de tortura em Recife, revelados pela Comissão Nacional da Verdade
- 58 EXPLORANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR:** sites, filmes, livros e músicas que retratam um período de repressão.

EXPEDIENTE

Revista desenvolvida a partir do relatório de pesquisa, elaborado como produto final para titulação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco.

Autoria
DÉSIRÉE CIRO NERY DOS SANTOS

Orientação
DR. HELDER REMÍGIO

Projeto gráfico e Diagramação
@gisellearaujo.designer

Ilustrações
@shamuarte

A MEMÓRIA VIVA DAS SOMBRAS

EDITORIAL

Depois de dois anos de estudos e pesquisas sobre fatos tão tristes que aconteceram no Brasil entre 1964 e 1985, temos a honra de apresentar a você, leitor do 3º ano do ensino médio, o primeiro número da revista A memória viva das sombras. Nesta revista, buscamos lançar uma luz parda, não holofotes, sobre os locais onde foram praticadas as torturas na cidade do Recife. A idéia desse projeto surgiu durante o mestrado profissional em História, na Universidade Católica de Pernambuco – Unicap.

O desafio foi imenso e muitas vezes desesperador. Mas, estamos aqui para te contar que, na vasta tapeçaria da história, há momentos sombrios que resistem ao esquecimento, desafiando o tempo a apagar as cicatrizes deixadas pela opressão da ditadura civil-militar (1964-1985). Um capítulo especialmente doloroso na história contemporânea do Brasil, em que o país mergulhou nas sombras da censura, perseguição política e violações dos direitos humanos.

A ditadura civil-militar deixou um legado de repressão e autoritarismo que ainda ecoa nos corações daqueles que foram diretamente e indiretamente afetados e na consciência coletiva do país. Durante esse período, os dissidentes políticos, ativistas e qualquer voz crítica eram silenciados por meios de prisões arbitrárias, tortura e desaparecimentos forçados.

Os porões e centros de detenções clandestinos, ou não, foram palcos de atos desumanos, onde agentes do Estado e até mesmo civis perpetraram torturas físicas e psicológicas contra aqueles considerados subversivos. Esses locais, muitas vezes escondidos sob a fachada da normalidade, são hoje símbolos tangíveis do sofrimento infligido em nome do regime ditatorial.

Recordar os horrores da ditadura e os locais de tortura é uma responsabilidade coletiva. A memória desses eventos serve como um antídoto contra a amnésia histórica, capacitando as gerações presentes e futuras

a aprender com os erros do passado. Não podemos permitir que a crueldade do autoritarismo seja apagada da consciência nacional. Ao abordar a ditadura civil-militar e os locais de tortura da cidade do Recife, não estamos comprometidos apenas com a justiça para as vítimas, mas também com a construção de uma sociedade que valoriza a liberdade, a democracia e os direitos humanos.

A trilha para elaborarmos a revista foi construída pelos relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade – CNV e Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDH), livros, jornais, que circularam entre 1961 e 1985, dissertações, documentários, artigos publicados em revistas especializadas e legislação. Nossa reverência aos teóricos Michel, de Foucault e Paul Ricoeur, aos historiadores: Paulo César Gomes, Jorge Ferreira, Caroline Bauer, Daniel Aarão Reis e Rodrigo Patto Sá Motta, Marcília Gama e Marcos Napolitano.

Todo o acervo pesquisado serviu de alicerce para as matérias que falam sobre o contexto político e social que levou o Brasil à ditadura civil-militar com todas as suas formas de repressão. Através dele identificamos os locais de torturas situados na cidade do Recife.

A cada um dos professores do PPGH, agradeço por compartilhar seus conhecimentos e pelo constante estímulo ao pensamento crítico. Ao meu estimado orientador, Dr. Helder Remigio, expresse minha profunda gratidão. Sua orientação, paciência e comprometimento foram fundamentais para o sucesso desta revista. Agradeço por investir tempo e energia no meu crescimento acadêmico e profissional. Aos jovens leitores, agradeço profundamente por dedicarem o tempo necessário para absorver as informações apresentadas em nossas páginas.

A história é uma ferramenta poderosa para a construção de um futuro mais justo e democrático.

LINHA DO TEMPO

ANTES E DEPOIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Antes da DITADURA MILITAR (1960-1964):

1960

- Ocorrem eleições para presidente e vice-presidente no Brasil. O sistema eleitoral vigente na época permitia a não vinculação para os cargos majoritários. Elegem-se Jânio Quadros para presidente, pela coligação UDN – PTN – PDC – PR – PL, e João Goulart para vice-presidente da República, pela coligação PTB – PSD.

1961

- Posse de Jânio Quadros na Presidência da República.
- Jânio Quadros renuncia à presidência. Os ministros militares tentam impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que se encontrava na República Popular da China chefiando a primeira missão comercial brasileira.
- Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, defende a posse de Goulart, lançando a Campanha da Legalidade com o apoio do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul e comandado pelo general José Machado Lopes, leal ao governo de João Goulart.
- Instituído o regime parlamentarista como fórmula de garantir a posse do vice-presidente João Goulart. A emenda prevê a futura realização de um plebiscito, na qual a população escolherá entre a manutenção do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo.
- O João Goulart (PTB) toma posse como presidente da República como chefe de Estado, mas não de governo, tendo Tancredo Neves (PSD) como primeiro-ministro.

1962

- Goulart apresenta seu plano de Reformas de Base, em discurso em Volta Redonda.
- Tancredo Neves renuncia ao cargo de primeiro-ministro. Em seu lugar assume, em julho, Francisco de Paula Brochado da Rocha, que é substituído, em setembro, pelo deputado Hermes de Lima do PSB.
- É criado o Ministério do Planejamento, cujo titular é o economista Celso Furtado. Em 30 de dezembro, é anunciado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.
- O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi criado para combater o comunismo e promover uma agenda conservadora no Brasil. Reúne empresários, militares, jornalistas, intelectuais e tecnológicos. Apesar de oficialmente ser uma entidade educacional, o IPES realizou campanhas político-ideológicas contra o governo de João Goulart, financiando opositores, infiltrando-se em movimentos populares e disseminando propaganda anticomunista por diversos meios de comunicação.

1963

- Realização do plebiscito sobre a forma de governo. A grande maioria dos eleitores vota a favor do retorno do presidencialismo, colocando um ponto final na experiência parlamentarista.
- Em Brasília, ocorre a sublevação de sargentos da Marinha e da Aeronáutica, com o objetivo de protestar contra a inelegibilidade de representantes da categoria. O episódio, debelado no mesmo dia, fica conhecido como Revolta dos Sargentos.
- João Goulart nomeia o general Humberto Castelo Branco chefe do Estado-Maior do Exército.

- No dia 13 de março ocorre o Comício das Reformas, ou Comício da Central, no Rio de Janeiro, com a presença de 300 mil pessoas, no qual João Goulart anuncia a realização das Reformas de Base. O processo político está definitivamente radicalizado.
- Realiza-se, em 19 de março, na cidade de São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, movimento organizado pelo IPES, através da União Cívica Feminina, contra as reformas do presidente João Goulart. A União Cívica Feminina era um dos muitos grupos de mulheres organizados em todo país para fazer pressão política.
- Cerca de dois mil marinheiros realizaram uma assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro em protesto contra a prisão de seus diretores. A tropa do Corpo de Fuzileiros Navais, convocada para evacuar o prédio, aderiu ao movimento, alarmando os comandantes militares.
- Goulart discursa a favor das Reformas de Base no Automóvel Clube do Rio de Janeiro.
- O Supremo Comando da Revolução edita o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que permite punições extralegais, determina a eleição indireta do próximo presidente da República e transferiu atribuições do Legislativo para o Executivo. A primeira lista de cassados inclui os ex-presidentes Jânio Quadros e João Goulart, além do líder comunista Luís Carlos Prestes.
- O Congresso Nacional elege o marechal Humberto Alencar Castelo Branco para a presidência da República. O novo marechal-presidente toma posse quatro dias depois.
- Criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformação para garantir a segurança nacional.
- O mandato do marechal presidente Humberto Alencar Castelo Branco é prorrogado até 15 de março de 1967 e as eleições presidenciais adiadas para outubro de 1966.

DITADURA MILITAR (1964-1985):

- O golpe civil-militar destituiu João Goulart da presidência, com Magalhães Pinto comandando a frente civil e o general Olímpio Mourão Filho liderando o deslocamento de tropas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro. Simultaneamente, os Estados Unidos organizam a Operação Brother Sam, enviando forças navais e suprimentos militares à costa brasileira para dar suporte aos golpistas, se necessário. Contudo, a intervenção direta dos EUA não foi requerida, pois o golpe avançou rapidamente sem enfrentar resistência significativa.
- O governador Miguel Arraes, de Pernambuco, é afastado do cargo e preso.
- O general Costa e Silva se autoneiama comandante em chefe do Exército Nacional e organizou o Comando Supremo da Revolução.
- O Congresso Nacional declara vaga a presidência da República e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli assume o cargo.

1965

- Ocorrem eleições diretas para os governos do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. Nos estados da Guanabara e de Minas Gerais são eleitos opositores Negrão de Lima e Israel Pinheiro.
- O marechal presidente Castelo Branco decreta a Lei Suplício de Lacerda (Decreto-Lei nº 4.464), que extingue a União Nacional dos Estudantes (UNE) e todas as uniões estaduais e municipais de estudantes. Essa medida fez parte de uma série de ações do regime militar para reprimir movimentos estudantis e outras formas de oposição política.
- O marechal presidente Castelo Branco assina o Ato Complementar nº 2 (AI-2), que extingue os partidos existentes. Como consequência é instituído o bipartidarismo, com duas agremiações: ARENA (Aliança Renovadora Nacional), de apoio ao governo, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição.

- O marechal presidente Castelo Branco sanciona a nova Lei de Segurança Nacional.

1966

- Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart organizam a Frente Ampla, movimento que reúne políticos contra o regime militar.
- O marechal Artur da Costa e Silva é eleito presidente da República pelo Congresso Nacional.
- O Congresso é convocado em caráter extraordinário, de 12 de dezembro a 24 de janeiro de 1967, para votar a nova Constituição.

1967

- O marechal Costa e Silva toma posse como marechal-presidente da República.
- A Constituição de 1967 entra em vigor, sob protesto do MDB, que exige uma revisão.

1968

- A morte de Edson Luís de Lima Souto durante um confronto com a Polícia Militar no restaurante escolar Calabouço, no Rio de Janeiro, provoca uma greve nacional organizada pela UNE. Em 1º de abril, manifestações estudantis em várias cidades são brutalmente suprimidas, resultando nas mortes dos estudantes José Aprígio de Paula no Rio de Janeiro e Ivo Vieira em Goiânia.
- Ocorre a Passeata dos Cem Mil. A marcha transcorreu pacificamente e representou uma significativa expressão de resistência civil contra a violência da ditadura civil-militar, contando com a participação de artistas, estudantes, intelectuais, pais, e membros de setores religiosos e políticos.
- No XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, 1240 estudantes são presos.
- Criação do Conselho Superior de Censura.
- A Câmara rejeita o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves e o governo decreta o Ato Institucional n. 5 (AI-5),

autoriza o presidente da República a fechar o Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos e suspender a garantia de habeas corpus.

1969

- Por motivo de doença Costa e Silva é afastado do governo. A alta oficialidade das três armas escolhe como presidente da República o general Emílio Garrastazu Médici.
- O embaixador dos EUA no Brasil, Charles Elbrick, é sequestrado no Rio de Janeiro. Os sequestradores exigem a libertação de 15 presos políticos e a publicação na imprensa de uma nota contra o regime.
- O Congresso, fechado há 10 meses pelo AI-5, é reaberto para eleger o general-presidente Médici, que toma posse em 30 de outubro.

1970

- A Câmara ratifica decreto-lei estabelecendo a censura em livros e periódicos.

1973

- O presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Ulisses Guimarães, se declara “anticandidato” à Presidência da República para denunciar o Colégio Eleitoral.

1974

- Eleição pelo Colégio Eleitoral do general Ernesto Geisel para a Presidência da República.
- O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) consegue resultados expressivos nas eleições para o Congresso Nacional.

1975

- O jornalista Vladimir Herzog se entrega voluntariamente para depor no DOI-CODI do II Exército, onde foi morto sob tortura.

1976

- Após repercussão da morte do operário Manuel Fiel Filho nas instalações do II

Exército, o general-presidente Ernesto Geisel destitui do comando do II Exército o general Eduardo D'Ávila.

- Aprovada a Lei Falcão que impõe severa restrições à propaganda eleitoral na televisão.

1977

- O Congresso Nacional foi posto em recesso por 14 dias, período no qual o general-presidente Ernesto Geisel promulgou uma série de medidas referidas como o “Pacote de Abril”.
- O general-presidente Ernesto Geisel dispensou o ministro do Exército Sylvio Frota, que tinha intenções de se candidatar à Presidência da República.

1978

- A Emenda Constitucional nº 11 revoga os poderes discricionários conferidos pelo AI-5 e outras leis repressivas, introduzindo as “medidas de emergência” e estabelecendo o “estado de emergência”.
- O nome do general João Baptista de Oliveira Figueiredo é referendado pelo Colégio Eleitoral.
- I Congresso Nacional da Anistia firma o princípio da “Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita.”

1979

- O general João Batista Figueiredo assume a presidência da República
- Sancionada pelo general-presidente Figueiredo a Lei de Anistia. Centenas de exilados começam a retornar ao país, entre eles o ex-governador do Rio Grande Sul Leonel Brizola, o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, o ex-deputado federal Márcio Moreira Alves e os dirigentes comunistas Luís Carlos Prestes e Gregório Bezerra.
- Aprovado o projeto de reforma partidária que restabelece a pluralidade partidária, com a extinção da ARENA e do MDB. Em lugar deles, são criados o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido do Movimento Brasileiro (PMDB).

1980

- Aprovada a emenda constitucional que prorroga os mandatos dos vereadores e prefeitos e adia para 1982 as eleições de novembro de 1980.
- O Congresso Nacional restaurou as eleições diretas para governadores e eliminou as eleições indiretas para parte do Senado, criando o “senador biônico.”

1981

- Uma bomba explode no Riocentro, quando se realizava um show em comemoração ao Dia do Trabalho. O atentado foi um ataque terrorista executado por integrantes do DOI do I Exército.

1982

- A oposição conquista o governo dos principais estados do país – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

1984

- Comícios das Campanhas das Diretas Já no Rio de Janeiro e São Paulo.
- O Congresso Nacional rejeita emenda que estabelece eleições diretas para presidente da República.
- Criação da Frente Liberal, dissidência do Partido Democrático Social (PDS) que passa a apoiar a candidatura de Tancredo Neves para presidente da República, formando a “Aliança Democrática” com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

1985

- Tancredo Neves é eleito pelo Colégio Eleitoral como o primeiro presidente civil após o golpe civil-militar de 1964.
- José Sarney assume a Presidência da República como vice-presidente devido à doença de Tancredo Neves.
- Tancredo Neves falece e José Sarney assume a Presidência da República.



“O que ameaça à democracia, é a fome, é a miséria, é a doença dos que não tem recursos para enfrentá-la. Esses são os males que podem ameaçar a democracia, mas nunca o povo na praça pública no uso de seus direitos legítimos e democráticos.”

João Goulart

JOÃO GOULART

REFORMAS DE BASE; COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL; MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE; APOIADORES DO GOLPE IBAD E IPES

JOÃO GOULART

Em outubro de 1960, foram realizadas as eleições presidenciais com a participação de diversos candidatos. Jânio Quadros representava a União Democrática Nacional (UDN), o general Henrique Lott concorria pela coligação Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e Ademar de Barros era o candidato do Partido Progressista (PSP). João Goulart, por sua vez, era o candidato a vice-presidente na chapa do general Lott. Naquela época, as eleições para presidente e vice-presidente eram separadas, permitindo que os candidatos concorressem de maneira independente, como foi o caso de Jânio Quadros e João Goulart (Jango).

Com a renúncia de Jânio Quadros no dia 25 de agosto de 1961, Jango assumiu a presidência do Brasil em um regime parlamentarista de governo que posteriormente foi substituído pelo presidencialismo, através de um plebiscito ocorrido em 6 de janeiro de 1963. Durante seu mandato, João Goulart adotou uma política externa independente, restabelecendo relações diplomáticas com a URSS, se manifestando contra sanções impostas ao governo cubano e mediando conflitos com Cuba em relação à instalação de mísseis soviéticos na ilha. O presidente também implementou medidas econômicas, como o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, visando conter a inflação e promover reformas estruturais, porém enfrentando resistência de setores da esquerda e pressões externas do governo americano e do FMI – Fundo Monetário Internacional.

O presidente tentou implementar reformas sociais e econômicas, com o objetivo de reduzir as profundas desigualdades sociais e fazer a economia do país, mas acabou enfrentando resistências de diversos setores da sociedade. As reformas de base contrariavam interesses de setores conservadores brasileiros, que incluíam empresários; industriais; latifundiários; comerciantes; parte do

alto clero; políticos; a grande imprensa, como os jornais O Estado de São Paulo e a Tribuna da Imprensa (de Carlos Lacerda); organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que eram mantidas com o dinheiro dos empresários brasileiros e norte americanos, entre outras, e os Estados Unidos. Eram consideradas radicais, especialmente a reforma agrária. Por outro lado, o Alto Comando das Forças Armadas mostrava-se preocupado com as reivindicações dos militares subalternos (soldados, cabos e sargentos), vistas como desrespeito aos princípios de hierarquia e disciplina militares, supostamente apoiadas pelo presidente Jango.

Outra parte da sociedade brasileira era favorável às reformas de base: os movimentos sociais, como o movimento estudantil, tendo à frente a União Nacional dos Estudantes (UNE); o movimento católico representado pela Juventude Operária Católica (JOC) e pela Juventude Universitária Católica (JUC); as organizações de trabalhadores, como o Comandante Geral dos Trabalhadores (CGT) e as Ligas Camponesas (associações de trabalhadores rurais lideradas pelo advogado e político Francisco Julião).

Em 1964, em meio às tensões sociais e à pressão externa, precipitaram-se os acontecimentos. Em 13 de março, o presidente proferiu discurso de ânimo e ofensivo na Central do Brasil para 300 mil pessoas, anunciando reformas como a encampação de refinarias particulares de petróleo.

No dia 19 de março, aconteceu no Rio de Janeiro a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, promovida pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e a Sociedade Rural Brasileira (SBR), dentre outras organizações. O intuito da marcha era conscientizar a população em relação às ações do governo Jango,

que, segundo seus críticos, estaria levando o Brasil rumo à implantação do comunismo.

No dia 25 de março, houve a Revolta dos Marinheiros, quando marinheiros fuzileiros navais contrariaram as ordens do ministro da Marinha e foram posteriormente perdoados por Jango, aumentando as tensões entre seu governo e os militares. Em 30 de março, o presidente participou de uma reunião com sargentos, falando a favor das mudanças desejadas pelo governo e solicitando o apoio das Forças Armadas.

Em 31 de março de 1964, o comandante da 4ª Região Militar, localizada em Juiz de Fora, Minas Gerais, iniciou o deslocamento de tropas em direção ao Rio de Janeiro. Após tentativas de resistência, Goulart acabou reconhecendo a derrota e o novo governo militar foi prontamente reconhecido pelos Estados Unidos. O período do governo de João Goulart foi marcado por tentativas de reformas estruturais e pela polarização política. E, em meio a tensões sociais e pressões políticas, em 1964 o governo de Jango foi deposto por um golpe civil-militar.

REFORMAS DE BASE

As reformas de base eram medidas consideradas imprescindíveis para a modernização das estruturas sociais, econômicas e políticas do Brasil, visando eliminar os entraves do desenvolvimento do país. Essas medidas foram a base do plano de governo do presidente João Goulart (1961-1964), tornando-se um símbolo político durante o período presidencial.

As reformas consideradas mais urgentes incluíam a reforma eleitoral, a reforma tributária, a reforma bancária, a reforma universitária, a reforma urbana, a reforma administrativa e a reforma agrária.

Reforma eleitoral, que pretendia estender o voto aos analfabetos e conceder elegibilidade aos sargentos;

Reforma tributária, que, ao colocar a Receita Federal como instrumento de estímulo ao desenvolvimento, buscava impulsionar a arrecadação do Estado aumentando a carga sobre os impostos diretos (como o imposto de renda), aliviando a carga tributária sobre os produtos e serviços (impostos indiretos) e criando mecanismos para evitar a evasão fiscal;

Reforma bancária, com os objetivos de obtenção de um maior controle do fluxo inflacionário e estímulo ao desenvolvimento nacional, através da democratização e seletividade do crédito (de acordo com as necessidades do desenvolvimento), com subordinação da rede bancária particular a um sistema oficial de crédito (Banco Central); Reforma administrativa, que teria como objetivo modificar a máquina administrativa do Estado, simplificando e racionalizando sua organização, provendo-a de técnicos qualificados e recursos capazes de efetivar planos de desenvolvimento;

Reforma universitária, visando a democratização da formação científica superior; formação de pessoal técnico qualificado que atendesse à demanda de uma indústria crescente e da produção de conhecimento científico da realidade nacional;

Reforma urbana, de maior apelo popular, objetivava sanar o problema habitacional nos centros urbanos;

Reforma agrária, constituindo a reforma de maior repercussão ao longo de todo o governo João Goulart e a que, se realizada, causaria maior impacto na estrutura econômica do país, por meio da alteração da estrutura da propriedade fundiária.

COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL

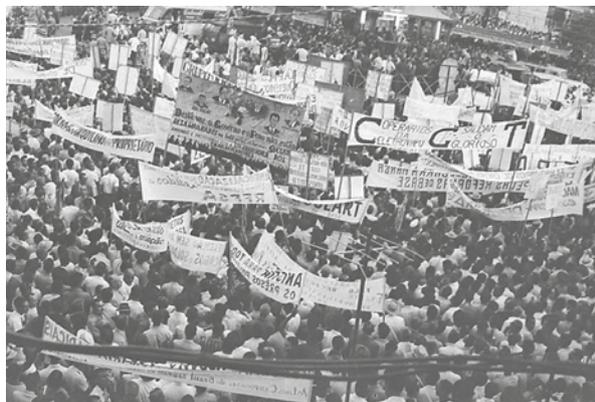


Arquivo Nacional

O Comício da Central do Brasil ocorreu em 13 de março de 1964, na praça da República, em frente à estação ferroviária Dom Pedro II, no Rio de Janeiro. Organizado por líderes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o evento reuniu cerca de 300 mil pessoas, representando diversos setores da sociedade, com o

objetivo de demonstrar apoio do governo federal às reformas sociais e defender as liberdades democráticas e sindicais. O presidente João Goulart, principal orador, buscava mobilizar as massas estrategicamente para implementar reformas estruturais que enfrentavam resistência.

Arquivo Nacional



O comício marcou o início de uma série de manifestações lideradas por Goulart em todo o país, visando reunir apoio popular para as reformas propostas. Apesar da hostilidade do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, e de grupos de oposição, a mobilização popular e sindical se intensificou.

O Comício da Central contou com a presença de representantes de diversos setores, como sindicatos, estudantes e militares, além de lideranças políticas como Brizola e ministros do governo. O discurso de Goulart, que se estendeu por mais de uma hora, abordou questões como a reforma agrária, o fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a necessidade de reformas democráticas e eleitorais.

Foto Arquivo Nacional/Correio da Manhã



As consequências do Comício da Central foram sentidas em todo o Brasil, com manifestações de grupos conservadores e partidos de oposição pedindo o impeachment de Jango. No entanto, líderes do governo destacaram o apoio popular

ao presidente e afirmaram que a oposição não teria força suficiente para derrubá-lo. Enquanto isso, organizações apoiadas por empresários planejavam manifestações contra o comunismo, visando mobilizar as classes médias. O discurso de Jango marcou um momento crucial na política brasileira, demonstrando a polarização existente na sociedade e o embate entre forças favoráveis e contrárias às reformas propostas pelo presidente. A euforia das massas presentes no evento contrastava com a crescente oposição política e midiática, evidenciando a complexidade do cenário político no país naquela época.



Arquivo Nacional

Acesse o QR Code ao lado para ver na íntegra a Transcrição do discurso de João Goulart



As tensões resultantes do Comício da Central sinalizavam um período de intensa agitação política e incerteza no Brasil, com diversas forças buscando influenciar os rumos do país e a estabilidade do governo. A polarização entre defensores e opositores de Goulart refletia a profunda divisão ideológica e social existente na sociedade brasileira da época, marcando um momento histórico que teria desdobramentos significativos no futuro do país.

MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE

Em 13 de março de 1964, janelas da zona sul do Rio de Janeiro exibiram velas em vigília, quando o presidente da República João Goulart discursava no Comício da Central do Brasil. O ato religioso e político criticava Jango e seu chamado “comunismo ateu” proposto. Essa reação culminou seis dias depois na

maior manifestação em mais de três anos contra o governo trabalhista: a Marcha da Família com Deus Liberdade, que reuniu cerca de 500 mil pessoas nas ruas de São Paulo.

A grande massa humana marchou durante uma hora e meia no coração da cidade, da praça da República até a catedral da Sé, conforme relatado pela imprensa da época, demonstrando em faixas e cartazes repulsa à guinada à esquerda de Jango.

Os textos diziam: “Verde e amarelo, sem foice e martelo”, “reforma com Deus e pela pátria”, “democracia tudo, comunismo nada”. Após o golpe civil-militar, as marchas continuaram por diversas cidades do país.

APOIADORES DO GOLPE CIVIL-MILITAR: IBAD E IPES

O IBAD e o IPES foram peças-chave na articulação e financiamento de campanhas contra as reformas sociais de João Goulart, apoiando o golpe civil-militar de 1964 e silenciando a democracia no Brasil.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi uma organização criada em 1959 com o objetivo de combater o avanço do comunismo e influenciar a política brasileira em favor de ideias conservadoras e anticomunistas. Financiado por empresários nacionais e estrangeiros, especialmente norte-americanos, o IBAD desempenhou um papel significativo nos eventos que levaram ao golpe militar de 1964. O IBAD financiou campanhas para promover candidatos anticomunistas nas eleições de 1962 e disseminar mensagens contra as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart; forneceu apoio financeiro e logístico a candidatos de partidos conservadores, utilizando recursos substanciais para influenciar o cenário político; e organizou palestras, seminários e publicações para difundir ideais anticomunistas e mobilizar a sociedade contra o que considerava ameaças à democracia e à liberdade.

Após o golpe, o IBAD foi desativado, mas seu legado permaneceu como um exemplo da influência de organizações privadas e internacionais na política brasileira durante a Guerra Fria. O Instituto de Pesquisas e Estudos

Sociais (IPES) foi uma organização criada em 1961 por empresários e militares conservadores com o objetivo de combater o comunismo e influenciar a política brasileira em favor de uma agenda anticomunista e conservadora. Junto com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o IPES desempenhou um papel crucial na preparação e execução do golpe militar de 1964.

Suas principais atividades e objetivos incluíam: na área de pesquisa e produção intelectual – elaborar estudos, relatórios e análises críticas ao governo de João Goulart e fomentar políticas econômicas e sociais conservadoras; na área de propaganda e comunicação – utilizar uma extensa rede de comunicação, com jornais, revistas, rádio e televisão, para difundir ideias anticomunistas e influenciar a opinião pública; e, na área de educação e mobilização – promover palestras, seminários e cursos para educar e mobilizar a elite brasileira contra possíveis ameaças comunistas, além de promover a ideologia do “perigo vermelho” para justificar a intervenção militar, caso fosse necessária.

O IPES foi uma peça fundamental na articulação das forças conservadoras contra o governo de João Goulart, utilizando pesquisa, propaganda e educação para promover a ideologia anticomunista e preparar o terreno para o golpe civil-militar de 1964. Sua atuação mostra o poder das organizações privadas na política e sua capacidade de influenciar mudanças drásticas na direção de um país.

Após o golpe civil-militar de 1964, o IPES continuou a operar por alguns anos, apoiando o novo regime e suas políticas. No entanto, sua influência diminuiu com o tempo e a organização foi eventualmente desativada. O IPES deixou um legado duradouro na história política do Brasil como por exemplo: como organizações civis podem influenciar o destino de uma nação através de mobilização de recursos e da manipulação da opinião pública.

Resumindo, as organizações mobilizaram recursos financeiros, intelectuais e de propaganda para desestabilizar o governo de Jango, criando um clima de medo e desconfiança que facilitou a aceitação de uma intervenção militar como solução para a crise política.

MIGUEL ARRAES E A ATUAÇÃO DO IBAD:

A DISPUTA QUE PREPAROU O TERRENO PARA O GOLPE DE 1964

Miguel Arraes de Alencar foi uma figura destacada na política brasileira, com uma influente trajetória em Pernambuco. Nascido em Araripe, Ceará, em 15 de dezembro de 1916, ele se notabilizou como advogado, economista e líder dedicado às causas populares. Arraes começou sua vida pública como advogado, rapidamente fazendo a transição para a política. Eleito deputado estadual por Pernambuco em 1947, tornou-se conhecido por sua defesa fervorosa dos trabalhadores rurais e por promover políticas voltadas para o desenvolvimento regional. Seu forte engajamento com a justiça social e a reforma agrária o posicionou frequentemente contra os interesses das elites tradicionais.

Em 1962, Miguel Arraes foi eleito pela primeira vez governador de Pernambuco. Durante seu mandato, implementou políticas progressistas voltadas para a educação, saúde e reforma agrária, buscando melhorar as condições de vida da população mais pobre.

O governador Miguel Arraes foi tido pela oposição como um perigoso comunista, porque procurava estender as leis trabalhistas aos assalariados rurais e promover a participação popular em seu governo. Durante o período em que esteve à frente do governo, foram deflagradas diversas greves no campo. A radicalização do movimento camponês foi sentida pelos incêndios ocorridos nos canaviais pernambucanos e pelo slogan “Reforma agrária pela lei ou pela força”, com o qual o representante das Ligas Camponesas, formadas inicialmente como

Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (SAPP), Francisco Julião procurou mobilizar os trabalhadores rurais. A direita alarmou-se e organizou campanha contra o governador Arraes, propagando a imagem de que o estado pernambucano estava sem administração e que a subversão estava na iminência de estabelecer-se vitoriosamente.

A imprensa, nos meses que antecederam o golpe civil-militar de 1964, descrevia Pernambuco como um estado à beira de uma guerra civil. Os usineiros e representantes políticos alegavam que estavam se armando para proteger a vida e impedir o comunismo no país, aconselhando a população a proceder da mesma forma. Os jornais veiculavam uma imagem de insegurança e incerteza diante do que estava por vir. A população sofria uma violenta e premeditada guerra psicológica com todas as informações transmitidas através dos meios de comunicação da época.

Os adeptos do nacional-reformismo, por outro lado, estavam entusiasmados com o governo de Miguel Arraes. Para eles, a imagem era de um Pernambuco revolucionário, que ensinava ao país o que deveria ser feito para resolver os problemas estruturais.

No entanto, seu governo foi interrompido pelo golpe de 1964, que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil.

Após ser deposto, Miguel Arraes foi inicialmente detido no 14º Regimento de Infantaria em Recife e depois transferido para a ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu preso por onze meses. Seguiu-se uma série de transferências entre prisões: primeiramente para a 2ª Companhia de Guardas da 7ª Região Militar do Exército e o quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, ambos em Recife, e posteriormente para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Arraes ficou encarcerado por 13 meses, foi condenado à revelia a 23 anos de prisão pelo Tribunal Militar de Recife e viveu 14 anos, exilado na Argélia. Com a anistia política em 1979, Miguel Arraes retornou ao Brasil.

Relação entre Miguel Arraes e o IBAD em Pernambuco

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi uma organização criada em 1959

no Rio de Janeiro, durante o contexto da Guerra Fria, de natureza política, voltada para a defesa do conservadorismo e para a luta contra a expansão de ideias comunistas e progressistas no Brasil. Seu principal objetivo era impedir que políticas consideradas socialistas, como as reformas de base propostas por João Goulart, avançassem no país.

O governador Miguel Arraes, com políticas voltadas para reformas sociais, como a reforma agrária, se destacou como um político progressista e reformista, o que o colocou em oposição direta às ideias e ações do IBAD.

O IBAD, financiado e apoiado estrategicamente por fontes governamentais dos Estados Unidos, multinacionais e por grupos empresariais nacionais conservadores, via em Arraes uma ameaça ao seu projeto de impedir o avanço das políticas progressistas no Brasil.

Nas eleições de 1962, o IBAD investiu pesadamente em Pernambuco, apoiando candidatos que se opunham à Arraes e suas políticas. O objetivo era enfraquecer a base de apoio de Arraes tanto no âmbito estadual quanto no Congresso Nacional, criando um ambiente político desfavorável para suas reformas. O IBAD tentava pintar Arraes como um simpatizante do comunismo, buscando minar seu apoio popular.

Apesar da pressão e das campanhas de desestabilização promovidas pelo IBAD, Miguel Arraes manteve sua postura firme em defesa de suas políticas. Sua resistência ao IBAD e sua agenda de reformas sociais fizeram dele um símbolo de resistência ao conservadorismo e às intervenções externas no Brasil, especialmente no Nordeste.

A atuação do IBAD em Pernambuco contribuiu para a criação de um clima de instabilidade que facilitou o golpe civil-militar. A organização disseminou a propaganda anticomunista por meio de rádios, jornais, revistas e televisão através da agência de publicidade Promotion S/A.

As atividades do IBAD foram alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou suas práticas ilegais de financiamento e propaganda. Como resultado das investigações, o IBAD foi fechado por crime de corrupção em 31 de agosto de 1963, por decreto de João Goulart.

Tensões e Conspirações: O Depoimento de MIGUEL ARRAES sobre a Ameaça de MORTE no Contexto do IBAD

Diálogo de Rubens Paiva, representante de São Paulo na Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos recursos do IBAD e suas atividades políticas com o governador Miguel Arraes:

[...] Finalmente, Sr. Governador, desejo trazer a esta Comissão um fato que me parece de mais alta gravidade e que me foi revelado por um deputado federal com assento nesta Casa, adversário de V.Exa., de que durante a campanha eleitoral V.Exa. utilizava um pequeno automóvel Volkswagen e que os homens do IBAD, como já haviam feito no Rio de Janeiro, eliminando um determinado cidadão que contrariava as suas intenções, as intenções dessa entidade, promoveram em Pernambuco, ao sentirem que seriam batidos nas urnas por V.Exa., uma reunião em que estavam todos os dirigentes do IBAD, da Adep e dessas entidades em Pernambuco, que sendo dessa reunião ficou acertada, sob o protesto de um militar presente, que provavelmente será o Coronel Carlos Astrogildo Correia, ficou acertada, repito, a eliminação física de V.Exa., através de um possível acidente de trânsito na qual um grande caminhão abalroaria o Volkswagen de que V. Exa. utilizaria. Tem V.Exa. conhecimento sobre este fato estarecedor? (CEMVDHC, v.2, p. 40)

Governador Miguel Arraes:

-Senhor Deputado, tenho conhecimento dessa reunião, através da pessoa que diz ter tido acesso a ela, mas Vossa Excelência há de convir que não tomo conhecimento de ameaça, que venho recebendo, também agora, no governo de Pernambuco – várias e repetidas ameaças anônimas, através de pessoas que me vêm dizer que tais e tais elementos desejam a minha eliminação. Não tomo conhecimento, Sr. Deputado desse tipo de ameaças. Essas ameaças visam, certamente, tirar-me do caminho que tracei na minha vida pública e dele não terei de sair. Não serão ameaças que me impedem de fazer o que fiz nesta Comissão: vir depor, trazer documentos, denunciar e dizer a verdade. [...]. (CEMVDHC, v.2, p. 40)

O IBAD, em Pernambuco, operava em dois locais principais: um casarão na Rua da Soledade, nº 235, e outro na Rua Benfica, além de manter um escritório no Edifício Continental, no centro do Recife.

Quem Financiou a Conspiração?

Segundo a Comissão Nacional da Verdade, mais de 80 empresas financiaram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Dentre elas, nossas conhecidas



A Voz Conservadora: A Influência da Imprensa em Pernambuco

O clima político em 1962 em Pernambuco foi muito intenso. Os candidatos ao governo estadual Miguel Arraes de Alencar e Pelópidas Silveira, líderes populares e já anteriormente aprovados nas urnas com o forte apoio das organizações populares, tanto no campo quanto nas cidades, chamaram a atenção das forças conservadoras e adeptas ao golpe civil-militar no país.

Com o intuito de interromper a ascensão social desses líderes populares, o IBAD e suas subsidiárias, a exemplo a Ação Democrática Popular – ADEP, utilizaram-se de fraudes eleitorais e outras práticas ilícitas durante o processo eleitoral.

A estratégia adotada pelo IBAD nos meios de comunicação foi similar àquela utilizada em nível nacional: investir politicamente nos grandes grupos midiáticos locais, aproveitando sua estabilidade financeira e o alcance de suas redes de comunicação. O IBAD buscava cooptar esses grupos oferecendo benefícios, especialmente financeiros, ou conquistando apoio por meio de ameaças veladas ou explícitas.

Os grandes jornais de circulação em Pernambuco - Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, além de receberem grandes somas de dinheiro do sul do país, para divulgar propaganda política, também organizavam programas locais, com jornalistas, repórteres e apresentadores pagos para produzir debates e entrevistas na rádio e televisão. Um dos programas de maior sucesso desse período foi "A Cadeira de Engraxate", exibido aos sábados no programa de variedades "Noite de Black-Tie", apresentado pelo radialista e ator Rui Cabral.

Os documentos analisados pela CPI do IBAD revelaram que alguns apresentadores de televisão receberam pagamentos para apoiar publicamente políticos conservadores, como João Cleófas, demonstrando a manipulação da mídia nesse período.



JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO:

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E COMISSÃO ESTADUAL DA MÉMORIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A justiça de transição pode ser sinteticamente definida como um conjunto de medidas judiciais e extrajudiciais destinadas a enfrentar o legado de graves violações a direitos humanos, perpetradas durante governos autoritários ou período de conflito armado.

A ditadura civil-militar, pós golpe de 1964, iniciou em 1974 com o general-presidente Ernesto Geisel um programa de distensão política, lenta e gradual. O processo de transição do regime ditatorial para o democrático se arrastou por 11 anos. Essa transição foi marcada por duas frentes que estavam em constante conflito: a militar e a civil. Os militares para se manterem no poder e no controle da transição, adotaram uma política de abertura que mesclava medidas liberalizantes e repressivas. No embate com os militares, setores da sociedade civil se reorganizaram e promoveram inúmeras ações de pressão ao regime, alargando os limites da abertura. Muitos movimentos sociais, após anos de silêncio forçados pela vigilância, censura e ação repressora, emergiram no contexto transacional, contribuindo para a redemocratização e surpreendendo os militares, que tinham como objetivo controlar as rédeas do processo.

A transição do autoritarismo para o regime democrático foi negociada, tendo se acordado à época que a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/79) se aplicaria também aos crimes praticados pelo próprio Estado. Portanto, o Brasil não processou e nem tampouco puniu os crimes de tortura, seqüestros, desaparecimentos, homicídios e tantos outros praticados por agentes públicos durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

A Lei da Anistia foi um passo que permitiu o retorno de exilados políticos e a libertação de presos, mas que gerou controvérsias e insatisfação aos familiares por ter concedido anistia também aos agentes do Estado responsáveis por violações de direitos humanos.

Os familiares continuaram a lutar pelo reconhecimento oficial das mortes e desaparecimentos e punição dos responsáveis. E, em resposta às demandas da sociedade, o Congresso Nacional brasileiro discutiu e aprovou a Lei nº 9.140, sancionada pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 4 de dezembro de 1995.

A lei criou oficialmente a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEM-DP), com a missão de investigar, esclarecer e reconhecer oficialmente os casos de mortes e

desaparecimentos por motivos políticos durante o período de 1961 a 1988.

A CEMDP foi encarregada de investigar os casos de pessoas mortas ou desaparecidas por motivos políticos, reconhecer oficialmente essas mortes e desaparecimentos, emitir atestados de óbito corrigidos e proporcionar reparação moral e financeira às famílias das vítimas.

Já no início da década de 80, os familiares dos mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, na região conhecida como “Bico do Papagaio”, situada na fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (Goiás), travaram uma luta sem êxito com o Estado brasileiro para localizar e recuperar os corpos de seus entes queridos, quase todos executados pelas Forças Armadas naquela região.

Com a derrota, os familiares resolveram levar o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Já que o Brasil é signatário praticamente de todos os documentos internacionais sobre Direitos Humanos. Destaca-se a assinatura da Convenção sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), inserido no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto 678, de 6/11/1992.

A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Gomes Lund e outros (“GUERRILHA DO ARAGUAIA”) vs. Brasil, prolatada em 24 de novembro de 2010, da Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro por não ter investigado o desaparecimento involuntário de 60 pessoas integrantes da Guerrilha do Araguaia durante as operações militares na década de 1970.

Depois de muitos embates políticos, em 18 de novembro de 2011, foi promulgada a Lei nº 12.528, ou seja, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) para apurar os crimes cometidos pelos agentes públicos no período da ditadura civil-militar.

Ademais, foi com a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, que ocorreram as mudanças fundamentais para o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e outras comissões - estaduais, municipais ou setoriais (sindicais, OAB, universitárias etc.), bem como

em processos similares que buscam, ainda hoje, que buscam esclarecer períodos de violações aos direitos humanos.

A Lei de Acesso à Informação extinguiu o sigilo eterno dos documentos produzidos no regime militar e a proteção de dados pessoais em caso de irregularidades, bem como aboliu os últimos obstáculos de acesso aos documentos que se encontram sob a guarda do Arquivo Nacional. Enfim, estabeleceu diretrizes e procedimentos para garantir o acesso dos cidadãos às informações públicas essenciais para identificar os responsáveis e compreender as circunstâncias dos acontecimentos.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE - CNV

As comissões da verdade são criadas pelo Estado para investigar violações dos direitos humanos ocorridas durante um determinado período da história de um país. Normalmente, ocorre durante um período de transição política.

Os objetivos das comissões da verdade são analisar os contextos sociais e históricos em que ocorreram abusos e violações, elucidarem os fatos que modificados ou ocultados pelo Estado, para ao final, elaborar relatórios e recomendações, com sugestões de reformas institucionais e maneiras de reparação histórica.

No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade – CNV foi fruto de uma longa luta dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos. A proposta de sua criação surgiu, democraticamente, na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, sendo incorporado formalmente ao 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), Decreto nº 7037/2009, pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Criada pela Lei nº 12.528, de 18 de dezembro de 2011, a Comissão Nacional da Verdade teve por finalidade apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, período estabelecido constitucionalmente.

A Comissão Nacional da Verdade foi criada com o objetivo de investigar as violações de direitos humanos ocorridas no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964-1985). O seu trabalho foi fundamental no esclarecimento dos acontecimentos, na identificação dos responsáveis, na busca por justiça e memória histórica e na reparação simbólica, financeira e psicológica das vítimas.

Metodologicamente, as atividades de pesquisa da CNV foram realizadas por meio de uma subdivisão em grupos de trabalho de forma a permitir uma descentralização das investigações e a autonomia das equipes de pesquisa. Os grupos e as temáticas estabelecidas foram: ditadura e gênero; Araguaia; contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; ditadura e sistema de Justiça; ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; estrutura de repressão; mortos e desaparecidos políticos; graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; Operação Condor; papel das igrejas durante a ditadura; perseguições a militares; violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e por fim, o Estado ditatorial-militar.

Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade revelaram uma política de repressão brutal, com ações ilegais e criminosas dos agentes do Estado e de alguns civis no período de 1964-1985 para silenciar a oposição ao regime.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi divulgado em 10 de dezembro de 2014, e, por ser extenso, está dividido em três volumes que totalizam quase 4.000 páginas.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) fez várias recomendações para evitar que os abusos dos direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985) se repitam. Aqui está um resumo das principais recomendações:

1. Educação sobre Direitos Humanos:

- **Ensinar a Verdade:** As escolas devem ensinar sobre o que aconteceu durante a ditadura, incluindo as violações dos direitos

humanos, para que os jovens saibam o que aconteceu e entendam a importância de defender a democracia e os direitos humanos.

2. Memória e História:

- **Museus e Memoriais:** Criar e apoiar museus e memoriais que contem a história da ditadura civil-militar e honrem as vítimas, para que as pessoas nunca se esqueçam do que aconteceu.

3. Justiça para as Vítimas:

- **Investigar Crimes:** Investigar e punir aqueles que cometeram torturas, assassinatos e desaparecimentos durante a ditadura civil-militar, porque crimes graves não devem ficar impunes.
- **Indenizar Famílias:** Continuar a dar apoio e compensação financeira às famílias das vítimas, reconhecendo o sofrimento que passaram

4. Reformas das Instituições:

- **Mudanças na Polícia e Forças Armadas:** Reformar as instituições de segurança, como a polícia e as forças armadas, para garantir que respeitem os direitos humanos e atuem de maneira transparente e democrática.
- **Controle sobre a Atuação:** Estabelecer mecanismos de controle para prevenir abusos de poder por parte dessas instituições.

5. Proteção dos Direitos Humanos:

- **Fortalecer Leis:** Criar e fortalecer leis que protejam os direitos humanos e garantam a justiça para todos.
- **Defender a Liberdade:** Proteger a liberdade de expressão e o direito de protestar pacificamente, garantindo que todos possam falar livremente e lutar por seus direitos sem medo.

6. Participação da Sociedade:

- **Apoio a Organizações:** Apoiar as organizações da sociedade civil que lutam pelos direitos humanos e pela memória da ditadura civil-militar.

- **Envolvimento Comunitário:** Incentivar a participação ativa dos cidadãos na defesa da democracia e dos direitos humanos, promovendo um ambiente de respeito e justiça para todos.

Essas recomendações foram feitas para que as lições do passado sejam aprendidas e os erros não se repitam, garantindo um futuro mais justo e democrático no Brasil.

Importante ressaltar que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos foi um instrumento importante para o sucesso da Comissão Nacional da Verdade ao fornecer um trabalho pioneiro de investigação, criar uma base de dados importante, aumentar a conscientização pública, estabelecer precedentes de reparação e justiça de transição, e complementar as investigações da CNV a produzir um relatório abrangente e detalhado sobre as violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

CURIOSIDADE!!!

Segundo o ministro Silvio Almeida do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, “Das 29 recomendações feitas pela Comissão Nacional da Verdade em dezembro de 2014, apenas 7% foram cumpridas, o que representa que 93% delas foram ignoradas, retrocedidas ou parcialmente cumpridas. Isso significa dizer que apenas duas foram realizadas e seis foram parcialmente realizadas, entre medidas não cumpridas e retrocedidas, quando houve retrocesso político diante da agenda democrática. O estudo também traz 13 recomendações sobre os direitos dos povos indígenas em estado de retrocesso e outras 7 sobre ditadura e homossexualidade como parcialmente realizadas. São destaques do relatório medidas não cumpridas como o reconhecimento de responsabilidade, por parte das Forças Armadas, pelas graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar; a promoção dos direitos humanos na educação e o fortalecimento das defensorias públicas.”



TIRANOS DAS SOMBRAS:

OS PRESIDENTES MILITARES QUE GOVERNARAM O BRASIL COM CENSURAS, TORTURAS, DESAPARECIMENTOS E EXECUÇÕES SUMÁRIAS

A ditadura civil-militar no Brasil, que durou 21 anos, foi marcada por uma série de governos autoritários, liderados por presidentes militares. Este período, iniciado com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, viu uma sucessão de líderes impostos que implementaram políticas de repressão – torturas, desaparecimentos e execuções sumárias aos opositores do regime implantado. A censura foi utilizada pelo regime autoritário como ferramenta para controlar a informação, suprimir a expressão da oposição e controlar o povo brasileiro.

GALERIA DOS VILÕES PRESIDENTES

Os presidentes militares do período ditatorial responsáveis por crimes graves, segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV):

1. Marechal de Exército Humberto de Alencar Castello Branco

(15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967)



Castello Branco foi o primeiro presidente do regime militar, assumindo o poder logo após o golpe civil-militar de 1964. Durante seu governo, foram instituídos os Atos Institucionais, que ampliaram os poderes do Executivo e reduziram os direitos civis e políticos. Seu governo é marcado pela promulgação do Ato

Institucional nº 2 (AI-2), que dissolveu os partidos políticos e instituiu eleições indiretas para presidente. Criou o Serviço Nacional de Informações (SNI).

2. Marechal de Exército Arthur da Costa e Silva

(15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969)



Costa e Silva sucedeu a Castello Branco e continuou a política de repressão do regime ditatorial. Em 1968, diante dos crescentes protestos e instabilidade, decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), considerado o mais duro decreto, que suspendeu garantias constitucionais,

fechou o Congresso Nacional e deu ao presidente poderes quase absolutos. Costa e Silva foi afastado por problemas de saúde em 1969.

3. Junta Militar

(31 de agosto a 30 de outubro de 1969)

Após a doença de Costa e Silva, uma junta militar composta pelos ministros das Forças Armadas assumiu o governo temporariamente. A Junta Militar manteve o país sob forte repressão até a posse do próximo presidente imposto ao povo brasileiro, general Emílio Garrastazu Médici. Compôs a junta militar os três ministros das Forças Armadas: o almirante de esquadra Augusto Hamann Rademaker Grunewald, o general Aurélio de Lira Tavares, e o brigadeiro Márcio de Sousa e Melo. A o AI-17, que transferiu para a reserva os militares vistos como uma ameaça à unidade das Forças Armadas, sendo interpretado como uma retaliação aos que se opunham à indicação do general Emílio Garrastazu Médici à presidência. A junta militar também aprovou a Emenda Constitucional nº 1, que incorporou o AI-5 e os atos que lhe sucederam à Constituição de 1967, consolidando o aparato repressivo e punitivo do Estado. Em 22 de outubro, o Congresso Nacional foi reaberto para eleger Garrastazu Médici como presidente e Rademaker Grunewald como vice-presidente.



4. General de Exército Emílio Garrastazu Médici

(30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974)

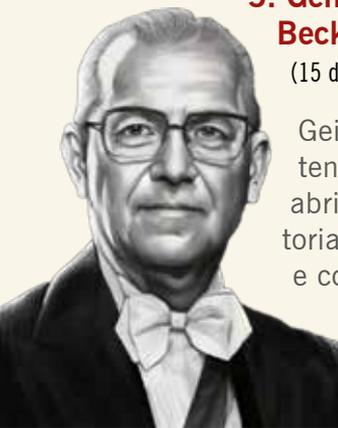
Médici governou durante o período mais repressivo do regime, com uma intensificação da censura, tortura e perseguição a opositores políticos. Durante o seu governo houve um aumento na desigualdade social e foram criados os Destacamentos de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).



5. General de Exército Ernesto Beckmann Geisel

(15 de março de 1974 a 15 de março de 1979)

Geisel iniciou um processo de distensão lenta e gradual, buscando abrir politicamente o regime ditatorial. Ele promoveu o fim do AI-5 e começou a reaproximação com a oposição, preparando o terreno para uma transição controlada para a democracia. No entanto, apesar dessa política de abertura, o país foi marcado por significativos atos de repressão. Os assassinatos políticos continuaram no seu governo, sendo o mais notório o do jornalista Vladimir Herzog, que foi torturado e morto em custódia do II Exército em 1975. Organizações como o DOI-CODI continuaram ativas, realizando operações de repressão por toda a extensão territorial brasileira. A Operação Radar, por



exemplo, foi uma campanha para deter e reprimir exilados e opositores que retornavam ao Brasil.

6. General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo

(15 de março de 1979 a 15 de março de 1985)

Figueiredo continuou a política de abertura iniciada por Geisel. Durante seu mandato, foram implementadas medidas importantes como a anistia política e o retorno do multipartidarismo. No entanto, seu governo enfrentou forte resistência da sociedade civil, com o aumento das greves e protestos, exigindo eleições diretas para presidente. A pressão popular culminou na eleição indireta do primeiro presidente da República civil, Tancredo Neves.

A eleição de Tancredo Neves em 1985, marcou o fim da ditadura e o início da redemocratização do Brasil.

A ditadura civil-militar no Brasil foi um período complexo, com avanços e retrocessos, marcado por uma luta constante entre repressão e a busca por liberdade e justiça.





CENSURA

VOCÊS SABEM O QUE SÃO ATOS INSTITUCIONAIS ?

Os Atos Institucionais marcaram uma era de transformações e desafios para o Brasil, refletindo a complexidade e as contradições de um período histórico de intensa polarização política e social.

DESVENDANDO OS ATOS INSTITUCIONAIS E O AUTORITARISMO NO BRASIL:

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO REGIME MILITAR

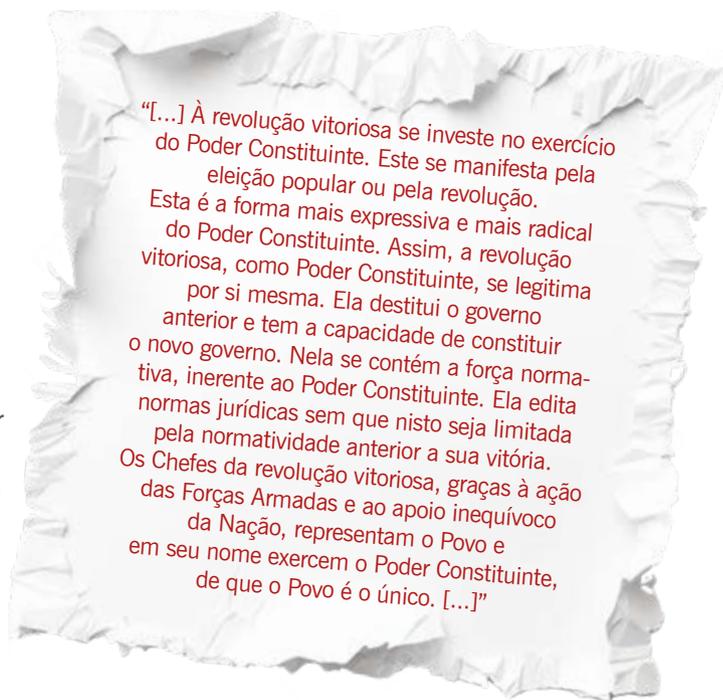
1964-1985 | Os Atos Institucionais são espécies de atos da ordem legislativa. O traço distinto desse modelo é a possibilidade de modificação constitucionalmente deferidas às pessoas estatais e aos poderes governamentais, por ato mais ou menos discricionário do Poder Executivo ou de quem simbolize, momentaneamente, o programa de reformas da Revolução vencedora.

Imagine um Brasil em meio a intensas transformações, marcado por conflitos ideológicos nacional e internacionalmente com a ‘Guerra Fria’, crises econômicas e uma atmosfera de instabilidade política. Foi nesse contexto que os militares usurparam o poder em 1964, em um golpe civil-militar que mudaria o rumo da história brasileira até os dias de hoje.

Logo após o golpe, foi criada uma Junta Militar composta por representantes das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica): general Arthur Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco Correia de Melo e pelo almirante Augusto Rademaker Grunewald, autodenominados de **Comando Supremo da Revolução**. Inicialmente, o objetivo da junta militar era governar o país enquanto não se definisse quem completaria o mandato interrompido de João Goulart previsto para terminar em janeiro de 1966.

A Junta Militar, com a pretensão de dar ares de legitimidade aos atos praticados de mando e decisão, optam por editar, no dia 09 de abril de 1964, o Ato Institucional nº 1 (AI-1).

Leiam com atenção esse trecho do preâmbulo do primeiro ato institucional:



COMO ASSIM? DESTITUIR O GOVERNO ANTERIOR?

Um governo instituído democraticamente segundo o art. 1º da Constituição de 1946, onde ‘todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido’. Caçar, exilar e torturar os parlamentares e parte dos opositores do regime imposto é destituir o governo anterior ou acabar com a democracia no país?

A Constituição está no topo do ordenamento jurídico de um país e nenhuma outra norma pode estar acima dela. Ela contém os elementos que estruturam o Estado, o governo e os direitos fundamentais dos indivíduos.

Os Atos Institucionais, emitidos pelos comandantes das Forças Armadas ou pelo militar presidente da República, durante a ditadura civil-militar (1964-1985), foram normas jurídicas excepcionais que suplantavam quaisquer outras, inclusive a Constituição Federal de 1946. Nem mesmo os comandos da Constituição de 1967 com relação aos direitos fundamentais, produzida sob o aval dos militares, foram respeitados.

O artifício legislativo foi o instrumento utilizado para consolidar o domínio dos militares e impor mudanças significativas na estrutura do Brasil e na vida dos cidadãos, caracterizando o autoritarismo, a censura e a repressão.

Durante o período de ditadura civil-militar, foram editados 17 Atos Institucionais que estavam acima da Constituição e podiam modificá-la livremente. Ressalte-se, que 12 Atos Institucionais foram instituídos num período de 11 meses (AI-5 ao AI-17).

O primeiro Ato Institucional (AI-1) foi editado em 09 de abril de 1964 pela Junta Militar e o último em 14 de outubro de 1969, ou seja, o AI-5 no governo do marechal Artur da Costa e Silva.

Nenhuma outra força política – como o Poder Judiciário, o Poder Legislativo ou a própria população, podia alterar ou negar a validade do ato institucional. Estabeleceu-se, assim, a permissão para tortura, prisões ilegais, violência policial, desaparecimentos e concentração de poderes no Executivo. Vale salientar que o Legislativo, quando convocado, tinha suas funções limitada.

Enfim, os Atos Institucionais representaram instrumentos de concentração de poder nas mãos dos militares, contribuindo para a instauração de um regime autoritário e violento, bem como para a supressão dos direitos fundamentais.

Os atos instituídos só foram revogados com o processo de abertura política na década de 1980, durante o governo do general João Baptista Figueiredo.

QUAIS FORAM OS OBJETIVOS E AS CONSEQUÊNCIAS

OCASIONADAS COM AS EDIÇÕES DOS ATOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL?

Objetivos dos Atos Institucionais:

- Centralização do poder
- Supressão de oposição
- Restrição de direitos
- Controle da imprensa
- Manutenção da ordem econômica e social do país

Consequências advindas dos Atos Institucionais:

- Anulação das instituições democráticas
- Supressão dos direitos fundamentais individuais e coletivos
- Desequilíbrio na separação e independência de poderes e funções do Poder Legislativo e do Poder Judicial

PRINCIPAIS ATOS INSTITUCIONAIS

Os cinco primeiros atos são os mais conhecidos e politicamente importantes.

Ato Institucional nº 1 (AI-1)

Foi editado, como já vimos, em 09 de abril de 1964, pela Junta Militar. Deveria ser o único, mas acabou sendo o primeiro de muitos. O AI-1 fixou em seu preâmbulo a definição do movimento de 1964 na visão dos militares. Enumerou os objetivos do regime que se iniciava; as providências para eliminar a ‘crescente ameaça comunista’ no Brasil; aumentou os poderes do presidente da República, conferindo-lhes o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos; e excluiu todos esses atos da apreciação do Poder Judiciário.

O próprio AI-1 dispunha sobre o seu prazo final, 11 de junho de 1964. Sob a égide desse ato, que deu legitimidade para a realização da chamada ‘operação limpeza’, foram cassados 378 políticos: três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); seis governadores de Estados, dentre eles o de Pernambuco (Miguel Arraes de Alencar); 63 deputados federais e mais de três centenas de deputados estaduais e vereadores. Foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e abriram-se cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas.

Ato Institucional nº 2 (AI-2)

O governo militar, ao ser derrotado nas eleições estaduais nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, edita o AI-2 em 27 de outubro de 1965. O ato modificou a Constituição de 1946, alterando o funcionamento dos poderes Legislativo e Judiciário. Estabeleceu que as eleições presidenciais fossem realizadas apenas por membros do Congresso Nacional, excluindo a população de votar. Extinguiu

todos os partidos políticos existentes na época, reorganizando o sistema político partidário em bipartidarismo: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), este último encarregado de fazer oposição, mas sem contestar o regime vigente. O Executivo poderia fechar o Congresso quando bem entendesse.

Ato Institucional nº 3 (AI-3)

Editado em 5 de fevereiro de 1966, o AI-3 continuou a modificar a Constituição de 1946. Desta vez, com relação as eleições estaduais e municipais que também passaram a ser indiretas, ou seja, a população mais uma vez deixou de escolher os seus representantes.

Ato Institucional nº 4 (AI-4)

Convocou o Congresso Nacional extraordinariamente, que estava em recesso, para discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição, que veio a ser a Constituição de 1967, apresentado pelo marechal presidente da República Humberto Castello.

Ato Institucional nº 5 (AI-5)

Foi o mais autoritário e violento dos Atos Institucionais decretados no período da ditadura civil-militar. Instituído em 13 de dezembro de 1968, sem vigência de prazo, o AI-5 conferiu poderes extraordinários aos militares presidentes da República, permitindo a suspensão dos direitos políticos, a cassação de mandatos, o fechamento do Congresso Nacional, seis assembleias legislativas estaduais e dezenas de câmaras de vereadores, além de autorizar a prisão arbitrária e a suspensão das garantias constitucionais. Em particular, ele marcou o início de um período de recrudescimento da repressão, caracterizado por perseguições políticas, censura, torturas e violações dos direitos humanos.

MÁQUINAS DE REPRESSÃO: OS ÓRGÃOS QUE SILENCIARAM O BRASIL NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

1964-1985 | Após a investigação de documentos e entrevistas com torturadores e agentes públicos, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC) concluíram que a disseminação da tortura pelos órgãos de informação e controle foi uma das características mais marcantes do regime militar.

Durante a ditadura civil-militar, foram criados diversos órgãos de repressão com o objetivo de controlar, perseguir e eliminar qualquer oposição ao regime.

Os principais órgãos de repressão e seus objetivos foram:

1. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)

Criado em 1964, o SNI tinha como função principal coletar e centralizar informações de inteligência para o governo, monitorando opositores políticos, movimentos sociais e qualquer atividade considerada subversiva.

2. DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS)

O DOPS, que já existia antes do golpe civil-militar, foi intensificado durante a ditadura para identificar, prender, torturar e neutralizar indivíduos e grupos opositores. Seu foco principal era comunista, sindicalistas, estudantes e militantes de esquerda.

3. CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (CIE)

O CIE atuava na coordenação de operações de inteligência militar, espionagem e repressão interna, sendo responsável por identificar e reprimir qualquer ameaça ao regime dentro e fora das Forças Armadas.

4. OPERAÇÃO BANDEIRANTE (OBAN)

A OBAN foi uma operação militar criada em 1969 para coordenar ações de repressão urbana, especialmente em São Paulo. Seu objetivo era desmantelar organizações de esquerda e guerrilhas urbanas através de torturas e execuções.

5. DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES - CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA (DOI-CODI)

Criado para coordenar ações de repressão e inteligência em todo o país, o DOI-CODI era responsável por investigar, torturar e eliminar militantes e opositores do regime. Suas unidades regionais estavam envolvidas em grande parte dos casos de tortura e desaparecimentos forçados.

6. CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA (CENIMAR)

O CENIMAR era o órgão de inteligência da Marinha, atuando principalmente na vigilância e repressão de atividades subversivas entre civis e militares, além de colaborar com outros órgãos de repressão.

7. CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA (CISA)

Similar ao CENIMAR, o CISA era responsável por atividades de inteligência e repressão den-

tro da Força Aérea, atuando contra qualquer atividade considerada subversiva.

8. Escola Nacional de Informações (EsNI)

A EsNI foi criada em 1971 para estabelecer uma Doutrina Nacional de Informação e fornecer formação teórica e prática aos agentes integrantes do Sistema Nacional de Informação (SNI). No entanto, ela capacitou também os agentes da Marinha, da Aeronáutica, do Exército e de outros órgãos da Administração Pública, difundindo entre estes a doutrina de informação e formando, de fato, a comunidade de informação.

Esses órgãos trabalharam de forma integrada para manter o controle da sociedade brasileira, utilizando métodos como vigilância, tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados para eliminar qualquer forma de resistência.

COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS (CCC): A FACE VIOLENTA DA REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL- MILITAR

O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) foi um grupo paramilitar de extrema direita formado durante a ditadura civil-militar no Brasil, atuando principalmente entre os anos 1960 e 1970. Composto por estudantes, militares e civis conservadores. O principal objetivo do grupo era eliminar a influência comunista no Brasil, o que envolvia a perseguição, agressão e intimidação de estudantes, professores, artistas, intelectuais e militantes de esquerda. Além disso, o grupo invadia e destruía instalações culturais, teatros e centros acadêmicos que propagavam ideias contrárias ao regime.

Embora o CCC não fosse oficialmente ligado ao governo, suas ações eram muitas vezes toleradas e até mesmo encorajadas por setores do regime, que viam no grupo um aliado informal na luta contra a oposição. O Comando de Caça aos Comunistas se tornou um símbolo da repressão extrajudicial que marcou o período da ditadura civil-militar, representando o extremismo e a violência como ferramentas de controle social e político.

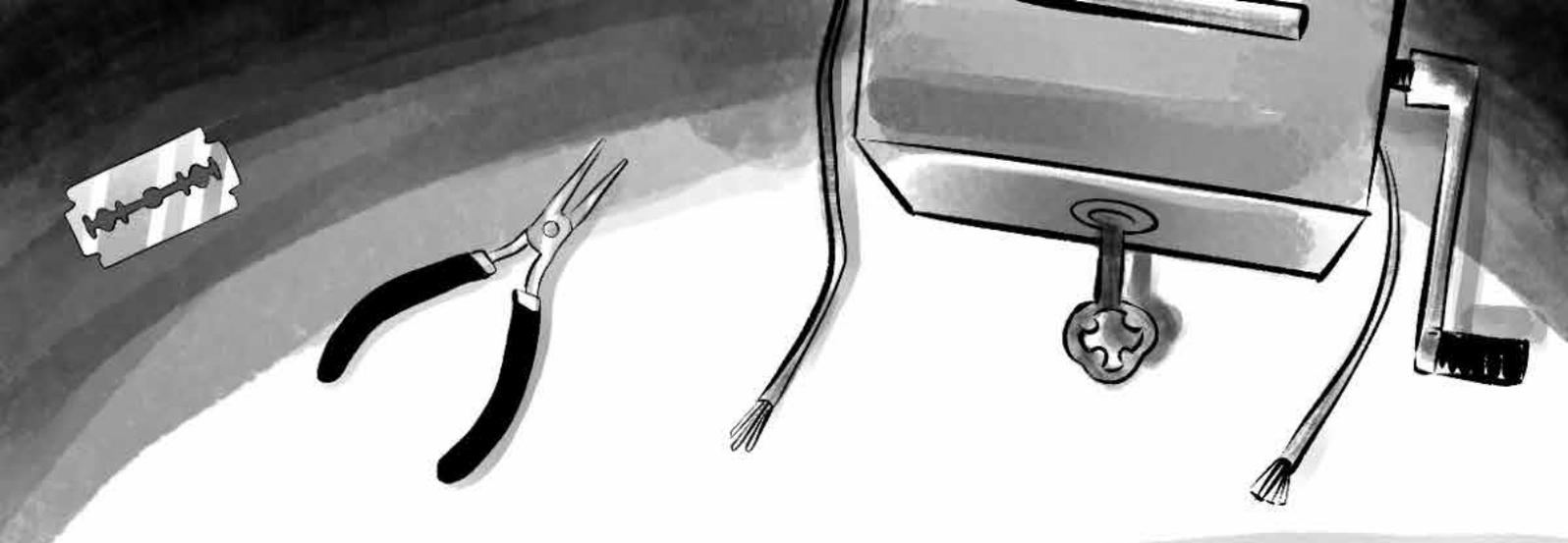
ONDE ESTÃO OS TORTURADORES? O DESTINO DOS ALGOZES DA DITADURA CIVIL- MILITAR

A campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita começou em 1975, liderada pelo Movimento Feminino pela Anistia. O movimento, formado por familiares e amigos de perseguidos políticos, reuniu 16 mil assinaturas exigindo a libertação dos presos políticos, o retorno de exilados, a revogação da Lei de Segurança Nacional e o esclarecimento sobre mortes e desaparecimentos durante a ditadura civil-militar.

Rapidamente, a campanha ganhou o apoio de importantes setores da sociedade, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as Comissões de Justiça e Paz, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Pressionado por greves e manifestações, e com o objetivo de pacificar o país, após anos de intensa repressão e luta armada no período compreendido entre 1964 e 1985, o regime apresentou ao Congresso o projeto de Lei de Anistia.

A lei foi aprovada e sancionada em 28 de agosto de 1979 pelo então general presidente João Baptista Figueiredo. No entanto, a lei absolveu tanto os indivíduos que, de acordo com o texto legal, cometeram atos classificados como terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, quanto os agentes do Estado que, desde 1961, haviam participado de ações de repressão, incluindo tortura, desaparecimentos forçados e execuções sumárias.

A Lei de Anistia concedeu perdão a ambos os lados do conflito, colocando no mesmo patamar aqueles que resistiram ao regime e aqueles que, em nome do Estado, violaram gravemente os direitos humanos. No entanto, é importante destacar que a tortura só foi reconhecida como crime hediondo pela Constituição Federal de 1988, que passou a vedar qualquer possibilidade de anistia para esse tipo de crime.



DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DOS DIRETOS HUMANOS

ARTIGO 1º
1. Para os fins da presente convenção,
o termo "tortura" designa qualquer ato
cometido;
ou seja
a pessoa
por ato que ela
ou confissões;



TEMPOS MACABROS

"A tortura, em certos casos, torna-se necessária para obter confissões, não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar o mal maior".

Ernesto Geisel

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

ARTIGO 1º

1. Para os fins da presente convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato

ou confissões;
por ato que ela
a pessoa
ou seja
cometido;
coagir esta

TORTURA E MÉTODOS DE TORTURA

A 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo Artigo V reza:

"Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante".

O Brasil assinou e ratificou a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS na data de sua proclamação, em 1948.

TORTURA ARTIGO 1º

1. Para os fins da presente convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar

ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

2. O presente artigo não será interpretado de maneira a restringir qualquer instrumento internacional ou legislação nacional que contenha ou possa conter dispositivos de alcance mais amplo.

CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUEIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES

Ratificada pelo Brasil, em 15 de fevereiro de 1991
(Decreto nº 40)

POR QUE A TORTURA FOI UTILIZADA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL?

O TRIPÉ REPRESSIVO: CENSURA, VIGILÂNCIA, REPRESSÃO

CENSURA

A censura foi uma das armas de que o regime militar se valeu para calar seus opositores e impedir que qualquer tipo de mensagem contrária a seus interesses fosse amplamente divulgada.

A censura foi imposta através dos atos institucionais, legislação, telefonemas, comunicados escritos e pressão econômica. Informalmente, davam-se telefonemas ou enviavam-se “bilhetinhos” proibindo a publicação de determinados assuntos.

Em relação a mídia, o governo se utilizava da pressão econômica, ou seja, retirava a publicidade das empresas estatais dos órgãos de imprensa que o contrariavam.

CENSURA PRÉVIA

Em 21 de janeiro de 1970, o general presidente Garrastazu Médici promulgou o Decreto-Lei nº 1.077. Instalavam-se equipes de sensores nas redações dos jornais e revistas para decidir o que poderia ser ou não ser publicado.



ensinarhistoria.com.br

VOCÊS SABIAM QUE POR CONTA DA CENSURA IMPOSTA PELO ATO INSTITUCIONAL Nº 5 (AI-5) OS JORNAIS PUBLICAVAM POEMAS E RECEITAS DE BOLO NO ESPAÇO DESTINADO ÀS MATÉRIAS VETADAS?

“Os Lusíadas” sinalizam a censura nas páginas de “O Estado de S. Paulo”

Julio de Mesquita Neto recebe Pena de Ouro



memorialdademocracia.com.br

Com a promulgação do ai – 5, a mídia, a produção teatral, cinematográfica, literária e musical teve grandes dificuldades devido à censura.

Muitos compositores, jornalistas, atores, produtores... Foram presos, exiliados ou executados no Brasil.

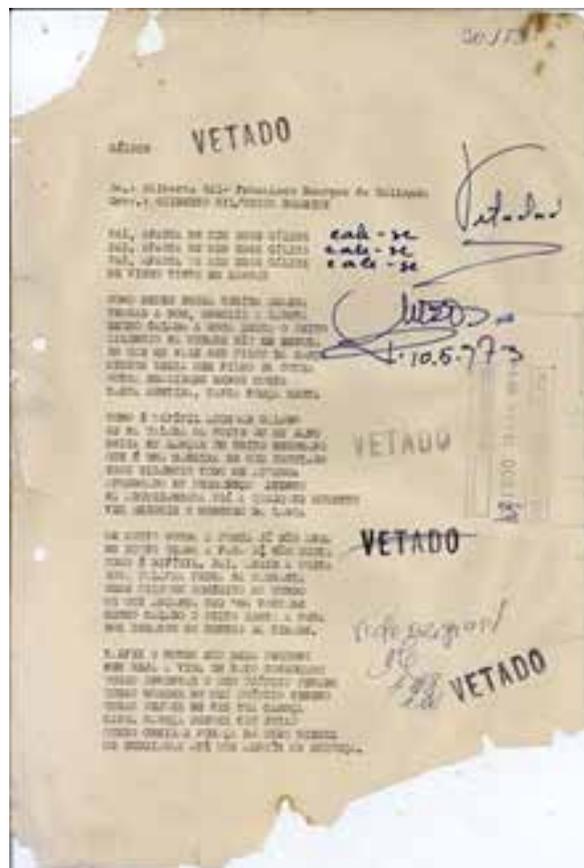
A música “acorda amor” de composição de Chico Buarque foi gravada em 1974 tendo como autor o desconhecido Julinho de Adelaide.

Chico Buarque já estava na mira da repressão havia anos, devido a obras consideradas subversivas como a peça “Roda viva”, que estreara no Rio em janeiro de 1968.

A situação de Chico havia chegado a tal ponto, nos governos dos generais Médici e Geisel, que os censores nem se davam ao trabalho de avaliar as suas composições. Bastava que a autoria fosse dele para a composição ser censurada.

A letra da música “ACORDA AMOR” discorre sobre a situação vivida dos perseguidos e presos pelos órgãos de repressão.

“Acorda amor
eu tive um pesadelo agora
sonhei que tinha gente lá fora
batendo no portão, que aflição
era a dura, numa muito escura viatura
minha nossa, santa criatura
chame, chame o ladrão, chame
o ladrão
se eu demorar uns meses
convém, às vezes, você sofrer
mas depois de um ano não vindo
ponha a roupa de domingo
e pode me esquecer”



VIGILÂNCIA

Com a instituição do AI-5, passou-se a ter no Brasil uma liberdade vigiada. Das diversas medidas impostas pelo governo, chamamos a atenção para – a proibição de frequentar alguns lugares, a obrigação de informar o endereço para o governo e, as restrições e proibições para o exercício de direitos públicos e privados.

A indústria cultural somente podia produzir e exibir aquilo que passasse pelo crivo dos militares.

As maiores redações da imprensa passaram a receber pessoas do exército para fazer a censura *in loco*, além de receberem uma lista do que estava permitido e proibido de divulgar.



O AI-5 ESTAVA ACIMA DA CONSTITUIÇÃO

REPRESSÃO

A ditadura civil-militar agia violentamente contra qualquer pessoa que viesse a se manifestar contra o sistema. Os seus métodos eram agressivos, o que levavam os militares a tomarem uma posição totalmente contra a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual o Brasil já era signatário nesta época.



Capa da Constituição Federal de 1967
Foto: Domínio Público.

O uso da tortura foi utilizado já nos primeiros meses seguintes ao abril de 1964. O grupo de poder articulador do golpe fundamentado nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional lançou mão de todos os expedientes disponíveis para rápido sufocamento de uma possível reação organizada da esquerda que se configurasse numa ameaça, e garantir a afirmação do regime recentemente implantado.

Para que não houvesse qualquer tipo de falha no seu principal instrumento repressivo, os militares passaram a contar com aulas de tortura, teóricas e práticas. Os professores demonstravam suas requisitadas técnicas em mendigos recolhidos das ruas. Posteriormente, tornaram-se cobaias os próprios prisioneiros políticos.

Nessas aulas, os militares aprendiam como infligir dor nos pontos mais vulneráveis do corpo e da alma. A cientificidade era constantemente reiterada pela presença de médicos e enfermeiros nas seções de tortura, cujas intervenções davam o aval ou não para o prosseguimento das demonstrações ou, durante toda a ditadura civil-militar, dos próprios suplícios nos DOI-CODI e nos DOPS.

Pernambuco foi um dos estados onde a prática foi largamente empregada durante os anos do regime autoritário.



A QUEM ERAM DESTINADAS TODAS ESSAS FORMAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITO HUMANO?

Em nome da ‘Segurança Nacional’ e do combate à ‘subversão comunista infiltrada’. O inimigo interno poderia ser qualquer cidadão simpatizante ou militante do comunismo, ou, ainda, cidadão opositor do regime sem ideologia política.

Os mais perseguidos foram os militantes de organizações partidárias de esquerda. Na época, atuando na clandestinidade. No entanto, também estavam sob a mira dos órgãos de repressão – religiosos, jornalistas, políticos, estudantes, sindicalistas, militares et tais. Muitos inocentes foram presos.

Muitas vítimas do autoritarismo sofrem as consequências dos traumas sofridos até o dia de hoje.

TORTURA EM FAMÍLIA

No auge da ditadura civil-militar, crianças e até mesmo bebês eram sequestrados e submetidos a diversas torturas psicológicas e físicas com a finalidade de arrancar de seus pais informações sobre militante. Mulheres tiveram seus filhos abortados e esposas sofreram para incriminar seus maridos.



aventurasmahistoria.com.br



aventurasmahistoria.com.br

VOCÊS SABEM QUEM FOI O PRESO MAIS JOVEM DO BRASIL?

Ernesto Carlos Dias do Nascimento, o “Ernestinho”, com 2 anos e 3 meses, foi o preso mais jovem do Brasil, sem qualquer direito. Sua família fazia parte da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), um grupo de extrema esquerda liderado por Carlos Lamarca, que entrou diversas vezes em conflito com os militares.



claudia.abril.com.br

MÉTODOS DE TORTURA

A tortura está relacionada à dor física e mental (psicológica) do torturado, com o objetivo de obter informações e confissões dos presos políticos, foram utilizadas centenas de métodos de tortura. Muitos dos métodos eram utilizados conjuntamente.

A tortura física é uma prática cruel que envolve a aplicação deliberada de dor e sofrimento físico a uma pessoa como forma de punição, obtenção de informações, coerção ou para qualquer outro propósito.

DENTRE AS TORTURAS FÍSICAS MAIS UTILIZADAS NA ÉPOCA, DESTACAM-SE:

1. CHOQUE ELÉTRICO

Foi um dos métodos de tortura mais cruel e largamente utilizado. Geralmente, o choque era dado através de um aparelho com dois fios longos que eram ligados ao corpo nu, normalmente nas partes sexuais, além de ouvidos, dentes, língua e dedos.

O uso dessa modalidade de tortura contou com o auxílio norte-americano de rádios portáteis que, além de instrumentos de comunicação, funcionavam como geradores de eletricidade para dar choques nos presos com descargas elétricas moduláveis.



4. PALMATÓRIA

Era uma haste de madeira com perfurações na extremidade bem pesada. Geralmente este instrumento era utilizado em conjunto com outras formas de tortura, com o objetivo de aumentar o sofrimento do acusado. Com a palmatória, as vítimas eram agredidas em várias partes do corpo, de preferência na região da omoplata, na planta dos pés e palma das mãos.



2. CADEIRA DO DRAGÃO

Era uma espécie de cadeira elétrica, onde os presos sentavam pelados numa cadeira revestida de zinco e terminais elétricos. Quando o aparelho era ligado na eletricidade, o zinco transmitia choque a todo o corpo. Muitas vezes, os torturadores enfiavam a cabeça da vítima num balde de metal, onde também eram aplicados choques.

3. AFOGAMENTO

Os torturadores fechavam as narinas do preso e colocavam uma mangueira ou tubo de borracha dentro da boca do acusado para obrigá-lo a engolir água. Outro método era mergulhar a cabeça do torturado num balde, tanque ou tambor cheio de água (ou fezes), forçando sua nuca para baixo até o limite do afogamento. O requinte de crueldade era tão grande que, além da água, utilizavam também água misturada com querosene, amoníaco ou outro líquido qualquer.



5. PIMENTINHA OU MARICOTA

Era uma máquina que dava choques em torno de 100 volts no acusado.

5

6



6. TELEFONE

Aplicação de pancada com as mãos em concha nos dois ouvidos ao mesmo tempo. A técnica era tão brutal que podia romper os tímpanos do acusado e provocar surdez permanente.



7



8. PRODUTOS QUÍMICOS

Alguns produtos químicos foram utilizados como método de tortura, seja para fazer falar, por alteração da consciência, seja para provocar dor, para assim obter as informações desejadas.

8

9. PAU-DE-ARARA

Consistia em uma barra de ferro que era atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o conjunto colocado entre duas mesas, ficando o corpo torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 centímetros do solo.

9



7. SESSÃO DE CARATÊ OU CORREDOR POLONÊS

o preso era agredido em meio a uma roda de torturadores, com socos, pontapés, golpes de caratê, bem como instrumentos – pedaços de pau, ripas de madeira, cassetetes, mangueiras de borracha, vergalho de boi ou tiras de pneu.

10



10. GELADEIRA

Era uma cela de aproximadamente 1,5 m x 1,5 m de altura baixa, de forma a impedir que se ficasse de pé. Possuía sistema de aquecimento, que produzia um calor insuportável, e sistema de refrigeração superfrio, os quais os torturadores alternavam, enquanto alto-falantes emitiam sons irritantes. No teto, acendiam-se pequenas luzes coloridas ao mesmo tempo em ritmo rápido e intermitente. A vítima, despida, permanecia confinada na “geladeira” por períodos que variavam de horas até dias, sem água ou comida.

11. ANIMAIS

Os presos eram expostos aos mais variados tipos de animais, como cobras, jacarés, camundongos, baratas, cachorros, ou qualquer animal peçonhento. Os animais podiam ser lançados contra o torturado, introduzidos em alguma parte do corpo ou colocados com o torturado dentro de um quarto escuro.

11



Além dessas, outras torturas físicas eram empregadas, como injeção de éter, sufocamento, enforcamento, crucificação, furar poço de pedaços, sevícias, estupro, coroa-de-cristo, nescau e o que a mente humana psicopata pudesse imaginar em termos de crueldade.

A **tortura psicológica** envolve métodos destinados a causar angústia mental, sofrimento emocional ou perturbação psicológica em uma pessoa. Diferentemente da tortura física, a tortura psicológica não causa danos físicos diretos, mas tem como alvo o bem-estar psicológico da vítima.



istockphoto.com



istockphoto.com

Ao contrário da tortura física, a tortura psicológica foca em afetar o estado mental e emocional da vítima. O objetivo principal é enfraquecer resistência psicológica da pessoa e torná-la mais suscetível à coerção ou controle por parte do torturador.

As torturas psicológicas podem incluir ameaças verbais, humilhação, privação sensorial, manipulação emocional, isolamento extremo, privação do sono, confinamento em espaços reduzidos, entre outros.

Esse modo de tortura não apenas pode ter efeitos imediatos, mas também consequências em longo prazo na saúde mental do torturado.

Da mesma forma da tortura física, a tortura psicológica é condenada internacional e é proibida por tratados e convenções, como a convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes das Nações Unidas.

Como exemplos das torturas psicológicas utilizadas no período da ditadura civil-militar podem ser mencionados: vestir o preso com camisa de força, obrigá-lo a permanecer durante horas algemado ou amarrado em macas ou camas, mantê-lo por muitos dias com os olhos vedados ou com capuz na cabeça, manter o preso sem comer, sem beber e dormir, confinar o preso em celas fortes, isolar o preso, acender fortes refletores de luz sobre ele, entre outras. Porém, as mais frequentes formas de tortura psicológica era o uso de ameaças para aterrorizar as vítimas como: cometer aborto, na vítima ou familiar; forçar afogamento, asfixiar, colocar animais no corpo, obrigar a comer fezes, entregar o preso a uma unidade mais repressiva, espancar, estrangular, estuprar familiar, fuzilar, matar, prender familiar, violentar sexualmente, fazer lavagem cerebral, mutilar alguma parte do corpo, pode-se mencionar ainda as ameaças de morte representadas por ações como: obrigar o preso cavar a própria sepultura, fazer roleta russa, entre outras.

“NÃO SE SABE DIZER AO CERTO QUANTAS PESSOAS FORAM TORTURADAS POR RAZÕES POLÍTICAS DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA”

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

ONDE OS MILITARES BRASILEIROS RECEBERAM TREINAMENTO PARA TORTURAR?

Durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), há relatos e evidências de que agentes brasileiros receberam treinamento em técnicas de tortura por parte de especialistas estrangeiros, especialmente no contexto da chamada Doutrina de Segurança Nacional. A doutrina era uma abordagem ideológica e estratégica adotada pelos regimes militares da América Latina, com o apoio dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, para combater o que consideravam ameaças subversivas e comunistas.

Os militares brasileiros buscaram cooperação com outros países, incluindo os Estados Unidos, para compartilhar informações e técnicas de combate à subversão. Há relatos de que alguns agentes brasileiros foram treinados em escolas militares estrangeiras, como a Escola das Américas, localizada nos Estados Unidos, onde foram ensinadas técnicas de interrogatório, contrainsurgência e segurança interna, que em alguns casos incluíam práticas de tortura.

Os franceses vieram ao Brasil ensinar os métodos aprendidos e utilizado na guerra da argélia.

E, o Brasil ensinou as técnicas de tortura para outros países da América Latina que mantinham regimes ditatoriais.

Para viabilizar esta brutalidade, o governo militar criou centros secretos de detenção, muitos mantidos pelas Forças Armadas, como o DOI-CODI (Departamento de Operações de Informações- Centro de Operações de Defesa Interna) e o DOPS (Departamento de Ordem

e Política Social), que efetuava investigações políticas no plano estadual.

Muitas equipes de tortura tinham centros clandestinos para cometerem os atos ilegais como forma de driblar o controle dos comandantes militares ou para evitar problemas por usar as instalações dos órgãos de repressão. Em Pernambuco, as usinas foram usadas como locais de tortura, execução e incinerações de cadáveres.

Torturas foram praticadas em total confronto com os direitos humanos tutelados pela declaração universal dos direitos humanos de 1948 e da convenção internacional de 1984, ambas acolhidas pela legislação pátria.

VOCÊS SABIAM QUE O AI-14 LEGALIZOU A PEÑA DE MORTE NO BRASIL?

Segundo os militares, nunca foi usada no país. Então fica a pergunta, *como poderíamos chamar, por exemplo, as execuções na 'Guerrilha do Araguaia', os mortos sob tortura, a morte dos estudantes em diversas partes do país e os desaparecimentos de pessoas?*



OS LUGARES DO HORROR: LOCAIS DE TORTURA EM RECIFE REVELADOS PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

**COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE
DOM HELDER CÂMARA**

Para a execução do mapeamento, optou-se pela utilização da ferramenta *MyMaps*, um recurso integrado ao Google Maps que permite a criação de mapas personalizados de acordo com a temática estabelecida pelo usuário. O Google Maps, por sua vez, é um serviço gratuito de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite, oferecido pela empresa Google.

Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)

A Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco foi criada em 23 de dezembro de 1935, ocupava os fundos de dois prédios históricos localizados na Rua da Aurora, 405, hoje, estrutura do atual prédio da Associação dos Delegados de Pernambuco, na Rua da União, no bairro da Boa Vista, Recife. Inicialmente, sua criação visou reprimir comportamentos políticos considerados subversivos após o Levantamento Comunista de 1935. Em 1948, foi instalada como Delegacia Auxiliar e, a partir de 1957, passou a ser conhecida como Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco, mantendo a sigla DOPS.

Na década de 1960, o DOPS/PE tornou-se um centro de informações sobre o movimento camponês e foi fundamental na repressão a sindicatos, movimentos estudantis, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e grupos ligados à luta armada, como a Ação Libertadora Nacional (ALN). Durante a ditadura civil-militar, o DOPS de Pernambuco operou em três frentes: investigação, censura e repressão, colaborando com o Serviço Nacional de Informações (SNI) e outros órgãos de segurança, especialmente o IV Exército.



Mapa extraído do Google Maps e fotografia extraída do relatório Comissão Nacional da Verdade, p. 789.

Com a criação do DOI-CODI do IV Exército em 1970, o DOPS manteve sua posição de destaque nas atividades repressivas até sua extinção em 22 de março de 1990, quando foi substituído pelo Centro de Informações e Segurança Pública.

Vamos conhecer dois casos impactantes onde a brutalidade das torturas durante a ditadura civil-militar foi tão extrema que as vítimas não sobreviveram, revelando o lado mais sombrio deste período da nossa história:

Odijas Carvalho de Souza

Odijas Carvalho de Souza, estudante de Agronomia na Universidade Federal Rural de Pernambuco e ativo no movimento estudantil, inicialmente militou no Partido Comunista Brasileiro, tendo participado do Congresso da UNE em 1967. Posteriormente, integrou o Partido Comunista Revolucionário. Reconhecido como um líder admirado, Odijas foi preso e submetido a tortura por 17 horas no DOPS, entre os dias 30 e 31 de janeiro de 1971. Testemunhas relataram que vários policiais se revezaram nas sessões de tortura, resultando em sua morte.

[...] Na entrada para o corredor em que se encontravam as celas, existe uma cela e foi nela que durante praticamente 17 horas seguidas, os torturadores se revezaram na tentativa inútil de obter de Odijas informações que levassem à localização de seus companheiros da militância política. Apesar da existência de uma porta de madeira isolando a sala do corredor, chegavam até nós os gritos de Odijas, o ruído das pancadas e das perguntas cada vez mais histéricas dos torturadores. Durante esse período, Odijas foi trazido algumas vezes até o banheiro; lá era colocado no chuveiro por alguns instantes para logo em seguida retornar ao suplício. Uma dessas vezes, já durante a noite, ele chegou até a porta da minha cela e pediu-me que lhe emprestasse uma calça, porque suas pernas, principalmente a parte superior de suas coxas, estavam em carne viva. Os torturadores, animalizados, se excitavam ainda mais redobrando os golpes exatamente ali. Ele vestiu a calça e continuaram com as torturas. Num determinado momento, a nossa tensão, angústia e impotência eram tão grandes que Tarzan, que estava aqui, resolveu contar os golpes e gritos sucessivos, lembro-me que a contagem passou dos 300! [...]. (CEMVDHC, 2017, v. 1, p. 176)

Anatália de Souza Melo (Anatália Melo Alves)

Em 17 de dezembro de 1972, Anatália de Melo Alves foi sequestrada por agentes do DOI-CODI em Gravatá, sua cidade de residência, e levada ao IV Exército, em Recife. No mesmo dia, seu marido e outros militantes foram detidos em Vitória de Santo Antão. No DOI-CODI, Anatália e os demais prisioneiros sofreram espancamentos e torturas, incluindo violência sexual contra ela. Vinte e seis dias após o sequestro, sem registro oficial de detenção, Anatália foi transferida para o DOPS, onde sua prisão foi formalizada em 13 de janeiro de 1973. Embora os outros detidos tenham prestado depoimentos, Anatália não foi ouvida. No DOPS, as torturas psicológicas continuaram, com ameaças constantes de retorno ao DOI-CODI. Anatália faleceu em 22 de janeiro de 1973, enquanto estava sob custódia do DOPS de Pernambuco, com sua morte oficialmente registrada como “suicídio”.

Diante da necessidade urgente de formalizar as prisões para transferir os detidos às penitenciárias de Itamaracá (para homens) e Bom Pastor (para mulheres), e temendo que Anatália denunciasse as violências sofridas, particularmente o estupro ocorrido no DOI-CODI, as autoridades optaram por assassiná-la, simulando um suicídio. Anatália foi morta por enforcamento com a tira de sua própria bolsa. Além disso, para eliminar qualquer evidência de violência sexual, decidiram queimar seu corpo na região próxima aos órgãos genitais.

Os testemunhos dos ex-presos políticos Luiz Alves Melo Neto, marido de Anatália, José Adeildo Ramos, e Edmilson Vitorino de Lima à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC) foram fundamentais para desmascarar a farsa do suicídio. Todos confirmaram as violências sofridas por Anatália no DOI-CODI, inclusive com seu marido fazendo a seguinte declaração:

[...] aí submeteram ela, a uma tortura violentíssima e três ou quatro agentes da polícia torturaram ela, eu numa grade, mais ouvia os gemidos dela, ela sendo torturada, clamando por mim, eu numa grade preso só fazia protestar, não é? ‘Bandidos, canalhas’. Então quando chega num momento em que ela gritando muito e me chamando, aí vem

um companheiro, depois disse que ela estava sendo estuprada por cinco homens, cinco policiais. Miranda e mais outros. (CEMVDHC, v.2, p.121)

Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)

O DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) foi criado no final da década de 1960, como parte do endurecimento da ditadura civil-militar no Brasil, especialmente após o Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968, que ampliou os poderes repressivos do governo.

Formalmente estabelecido em 1970, o DOI-CODI unificou as funções do Centro de Informações do Exército (CIE) e das Operações Bandeirantes (OBAN), tornando-se o principal órgão de repressão e tortura do regime militar, com atuação em todo o país.

No segundo semestre de 1970, o DOI-CODI do IV Exército foi instalado ao lado do Hospital Geral do antigo Quartel-General do IV Exército, na Rua do Riachuelo, no bairro da Boa Vista, em Recife. Este local foi identificado por vários ex-presos políticos como um dos principais centros de graves violações de direitos humanos em Pernambuco. Entre os depoimentos, destaca-se o do coronel reformado José Carlos Acâmpora de Paula Machado, dado em 13 de outubro de 2014 durante uma audiência pública da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em parceria com a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), onde foi confirmada a prática de tortura nas instalações do DOI-CODI do IV Exército.

Depoimento do coronel reformado José Acâmpora de Paula Machado:

Comissão Nacional da Verdade: O senhor serviu no DOI-CODI, não foi?

Sr. José Acampora de Paula Machado: Sim, senhor.

Comissão Nacional da Verdade: E qual era o seu superior no DOI?

Sr. José Acampora de Paula Machado: O DOI se organizava com uma chefia, a quem

a gente era subordinado, equipe de interrogatório e equipe de busca. A minha equipe era de busca.

Comissão Nacional da Verdade: E qual era o seu trabalho no DOI?

Sr. José Acampora de Paula Machado: Quando me davam alguma missão de prender ou trazer alguém eu fazia isto.

Comissão Nacional da Verdade: E o senhor participava também das sessões de tortura?

Sr. José Acampora de Paula Machado: Não.

Comissão Nacional da Verdade: Mas existia?

Sr. José Acampora de Paula Machado: Existia. (CNV, v.2, p.782)

O coronel da Polícia Militar de Pernambuco, José Acampora de Paula Machado, também indicou onde se situava o DOI do Recife e o descreveu:

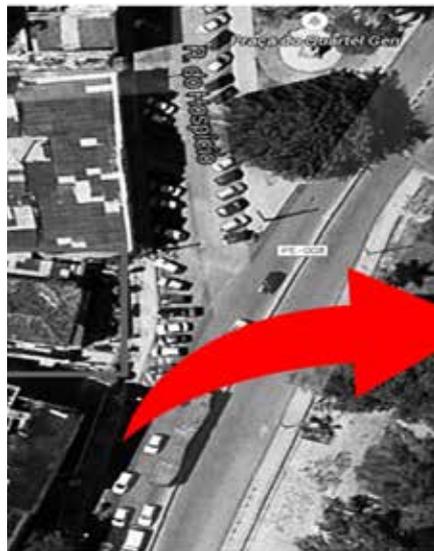
Machado – O DOI se situa... Se situava... Tem a Faculdade de Direito, tem o quartel do Exército, é aquela casa branca que até hoje existe, é onde era o DOI. É uma casa antiga. Em cima ficava a chefia e subchefia; logo à esquerda, quando você entra, porque entrava pelo lado, ficava a sala dos interrogadores e a parte burocrática. As equipes de busca, elas ficavam... Não tinha local certo, ficavam à vontade, do lado esquerdo do fim da casa. Tinha uma saída que dava para o IV Exército. Ali era o presídio e atrás era exatamente onde se faziam os interrogatórios. Era um beco, eu não sei, eu acho que isso tudo deve estar reformado hoje.

CEMVDHC: Nesse beco, vocês tinham quantas celas?

Machado: Parece que eram três, se não me engano. Não tenho certeza absoluta.

CEMVDHC: Vocês chegaram a ter quantas pessoas presas lá?

Machado: Se eu cheguei a ver? As equipes de busca não participavam. Prendiam e a gente trazia encapuzado exatamente por isso, porque se a gente vivia dentro do Recife e fosse visto, se sabia, não se prendia mais ninguém. A gente entregava o preso e não tinha mais contato nenhum com ele. (CEMVDHC, v.2, p.95-96)



Extraído do relatório Comissão Nacional da Verdade, p. 785 e 786.

Os gritos silenciados de Ezequias Bezerra da Rocha ecoam como um sombrio lembrete dos horrores inimagináveis praticados pelo DOI-CODI do IV Exército, em Recife:

Em 11 de março, ele e sua esposa Guilhermina foram sequestrados de casa em Recife por quatro homens armados e levados ao Departamento de Operações e Informações (DOI) do IV Exército. No DOI, Ezequias foi torturado, conforme relatado por sua esposa, que estava na cela ao lado, à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara.

Fomos conduzidos para dentro e eu fui posta numa cela enquanto Ezequias foi ao interrogatório. Mas aquilo não era interrogatório, era um verdadeiro massacre aplicado numa pessoa indefesa. De onde eu estava, ouvia a pancadaria. Foram horas terríveis. Aquilo parecia um pesadelo. Eu queria acordar e não conseguia. Houve momentos em que pensava que o Quias estava morto, pelo silêncio de dor que se fazia, pois não era possível bater tanto numa única pessoa. Depois de muito tempo, eles pararam de torturá-lo e o colocaram numa cela perto da minha. Quando ele passou por mim, carregado por policiais, parecia um farrapo humano, havia sangue por todas as partes de seu corpo. Não conseguia nem ficar de pé. (CEMVDHC, 2017, v. 1, p. 194)

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, com a colaboração do Instituto de Medicina Legal (IML) de Pernambuco, encontrou no Arquivo Público Jordão

Emereciano o laudo tanatoscópico de 14 de março de 1972. Esse laudo examinava o corpo encontrado no açude do Bambu, enviado pelo delegado de Escada para identificação. Somente no final de 2013 foi possível compreender plenamente a brutalidade a que Ezequias foi submetido pelos órgãos de repressão do regime militar. O laudo concluiu que a morte foi homicídio e detalhou a violência e torturas sofridas por Ezequias:

[...] Protrusão do globo ocular esquerdo (traumático). Impressões de laço de corda ao nível dos punhos (direito e esquerdo). [...] Escoriações nas regiões: palpebral direita, molar direita, flanco esquerdo, dorso lombar direita e esquerda, membros superiores e inferiores. Edema traumático do pé esquerdo e direito. Outras manchas equimóticas de dimensões na face, posterior do tronco, flanco direito e regiões glúteas. [...] Tais lesões são semelhantes àquelas produzidas por extremidades de cano de ferro. [...] Ferimento penetrante do abdômen...medindo 15 centímetros de extensão, através do qual saem alças do intestino grosso e delgado. (CEMVDHC, 2017, v.1, p.195)

O jornalista Elio Gasparini narra em seu livro *A Ditadura Derrotada*, uma conversa que o general de Exército Vicente de Paula Dali Coutinho teve com o general presidente Ernesto Geisel, gravada por este último, nos seguintes termos:

No dia 12 de fevereiro de 1974, o general de exército Vicente de Paula Dali Coutinho, chefe do Estado-Maior e ex-comandante da guarnição do Nordeste (1971-1973) reuniu-se com o presidente eleito Ernesto Geisel. Fora chamado para ser convidado para o cargo de ministro do Exército. Coutinho disse (em conversa gravada sem o seu conhecimento, mas por pleno e expresso interesse de seu interlocutor): 'Eu fui para São Paulo em 1969. Agora, melhorou, aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar: começamos a matar.' 'Eu fui obrigado a tratar esse problema lá (no Nordeste) e tive que matar.' 'Morreu lá no meu DOI um homem, foi justamente em cima daquele que veio o *habeas corpus*. O homem tinha morrido dentro do meu DOI [...]. Veio encima de mim e do meu major chefe do meu DOI. Aí eu não deixei responder.' Nada disso é documento sumido nem denúncia de preso. É o depoimento voluntário do comandante da

tropa sob cuja jurisdição morreu o 'homem'. Ele se chamava Ezequias Bezerra da Rocha, era geólogo e tinha 27 anos. Ao povo, informou-se que fugira. (CEMVDHC, 2017, v. 1, p. 196)

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara concluiu que Ezequias Bezerra da Rocha morreu devido a torturas aplicadas por agentes do estado, especificamente do DOI – Departamento de Operações Internas, subordinado ao Comando do IV Exército em Pernambuco, com colaboração do DOPS. A investigação comprovou que a versão oficial da época, que alegava fuga e desaparecimento de Ezequias, era falsa e teve a conivência dos órgãos de repressão do estado, do IV Exército e da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar. Este caso é parte das violações sistemáticas de direitos humanos pela ditadura civil-militar em Pernambuco.

QUARTEL-GENERAL DO IV EXÉRCITO

A sede do Quartel-General do IV Exército, localizado na rua do Príncipe, onde hoje está instalado o Hospital Militar de Área do Recife (HMAR) em Recife, Pernambuco, foi um dos locais de repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil. Funcionando como base operacional para o DOI-CODI, a sede foi palco de intensas atividades repressivas, incluindo prisões, torturas e execuções de opositores ao regime.

Conheça a história de Frederick Birten Morris, o pastor protestante americano que enfrentou a brutalidade da tortura durante a ditadura civil-militar no Brasil na sede do Quartel-General do IV Exército:

Frederick Birten Morris, pastor da Igreja Metodista Unida dos EUA, chegou ao Brasil em janeiro de 1964 como missionário. Atuou em paróquias no Rio de Janeiro até 1968, quando retornou aos Estados Unidos para continuar seus estudos. Em 1970, retornou ao Brasil a convite da Igreja Metodista, atuando em Recife e Olinda e colaborando com Dom Hélder Câmara. Em 1972, foi contratado pela Universidade Federal de Pernambuco para lecionar sobre Urbanização no Brasil. No ano seguinte, afastou-se do pastorado e passou a trabalhar

como gerente de empresa e correspondente para a revista *Times* e a *Associated Press*, mantendo-se ativo em atividades ecumênicas e comunitárias e apoiando movimentos clandestinos, incluindo o PCdoB. Em 30 de setembro de 1974, Morris e o militante Alanir Cardoso foram detidos por homens armados, identificados como policiais, e levados à sede do IV Exército no Recife, onde Morris foi submetido a tortura.

Fui jogado de um lado a outro por uns três a cinco homens que gritavam insultos e começaram a golpear-me. [...] daí eu disse, “Eu sou cidadão dos EUA. Que quero ver meu cônsul”. A resposta a esta foi o primeiro chute nos testículos, que me colocou no chão. Logo me levantaram e continuaram a gritar até que recebi outro chute, que produziu o mesmo resultado do primeiro. Este baile continuou por uns 15 minutos ou mais e, de repente, parou. [...] chegou a mim com a água e a jogou nas minhas pernas, e pés, molhando todo o chão em volta. Logo ele chegou com uns eletrodos. [...] Logo ele começou a repetir as mesmas perguntas de antes, mas agora minhas respostas produziam choques elétricos. [...] A dor era insuportável. Pensei que ia desmaiar. [...] Me levaram de volta a minha cela e me penduraram com as algemas na própria porta. Aí fiquei por 15 a 20 minutos até estar mais ou menos recuperado. Vieram por mim de novo e repetimos tudo (sic). Assim foi o dia. Choque elétrico e golpes até que não estava mais aí, recuperar um pouco e repetir. Umás vezes colocaram o eletrodo no meu pênis em vez do peito. Na tardinha, me levaram a outra sala de tortura e me colocaram numa cadeira com braços. Amarraram meus braços e pernas na cadeira com faixas de cor, colocaram os eletrodos de novo, esta vez um no pé e outro na orelha. Estes choques foram os piores. Minha cabeça ficou cheia de luz, quase como relâmpago e pelo menos uma vez desmaiei. (CNV, 2014 p. 190-192)



Mapa extraído do Google Maps

Casa de Detenção do Recife

Inaugurada em 25 de abril de 1855, a Casa de Detenção do Recife, localizada na Rua Floriano Peixoto, no bairro de São José, desempenhou um papel central como um dos principais presídios destinados à detenção de opositores políticos até seu fechamento em 1973. O acervo penitenciário, composto por 2.401 volumes de documentação administrativa e 4.705 fichas de detentos, foi distribuído entre diversos órgãos públicos estaduais, sendo parcialmente mantido sob a guarda da Superintendência do Sistema Penitenciário de Pernambuco e do Arquivo Público Estadual. Com o passar do tempo, mais documentos foram incorporados, somando cerca de 20.000 prontuários de ex-presidiários. Em 1984, este material foi reunido, e, através de um convênio entre a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e o Arquivo Público Estadual, passou a ser preservado na antiga Casa de Detenção do Recife, atualmente conhecida como Casa da Cultura de Pernambuco.



Mapa extraído do Google Maps e imagens do Facebook – Brazil Imperial

No relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, é registrado que uma Comissão Civil de Investigação colheu diversos depoimentos referentes às torturas, agressões e espancamentos ocorridos na Casa de Detenção do Recife, após uma denúncia coletiva. Entre os depoentes, constata-se a presença de prisioneiras políticas também detidas nesse local. A denúncia coletiva inclui os nomes de opositores do regime e militantes, como Francisco Julião, Waldir Ximenes (cunhado do governador Miguel Arraes), Gregório Bezerra, Manoel Félix da Silva, David Capistrano Filho, Naide Teodósio, além de um grupo identificado como funcionários do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

Agora vamos explorar a trágica história do caso de tortura e morte na Casa de Detenção do Recife de Amaro Luiz de Carvalho às vésperas de sua saída da unidade prisional pelo cumprimento integral da pena:

Amaro Luiz de Carvalho, também conhecido pelos codinomes Capivara, Palmeira, Bento e Antônio Nunes Capivara, era um trabalhador rural e tecelão, envolvido ativamente em organizações políticas como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR). Em 1969, foi preso no município de Palmares, Pernambuco, sob a acusação de

incendiar canaviais, principalmente na Zona da Mata, de promover agitação no campo e de fundar um partido proscrito. Com a prisão preventiva decretada pela Auditoria Militar da 7ª Região, Amaro foi processado por Crime Contra a Segurança Nacional pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército – Auditoria Militar da 7ª Região, sendo condenado a dois anos de reclusão. Permaneceu detido até 22 de agosto de 1971, quando foi assassinado, apenas três meses antes de completar sua pena e conquistar a liberdade.

que no dia 22 de agosto próximo passado, estava ele jogando 'porrinha' com seus companheiros de cela... quando ouviu um grito de socorro partido do pátio externo, tendo nessa ocasião ouvido ainda quando a voz dizia 'não faça isso, socorro é Capivara', que o declarante subiu até o janelão de ferro com seus companheiros, ocasião em que viu o guarda do presídio ADEMIR com um cacete na mão, perto de uma barraca, dando a entender que havia saído da mesma, que logo depois chegou ao local o guarda Aristeu e outras pessoas das quais não pôde determinar um preso de nome Israel Cabeludo, que nessa ocasião retiraram da barraca referida um corpo, que veio a saber e reconhecer como sendo o de Capivara conhecido de vista, que referido corpo foi levado por dois detentos para o salão da chefia de quarto, que no dia seguinte bem cedo o depoente ao subir na janela verificou que a dita barraca havia sido retirada, que

no dia seguinte um dos seus companheiros de cela Padre Cícero perguntara a Ademir se ele havia carregado o corpo, tendo este respondido que não estava trabalhando naquele quarto de serviço, que isto deixou o depoente desconfiado... (CEMVDHC, 2017, v.1, p. 320-321)

Os laudos periciais atestaram que Amaro Luiz de Carvalho teve como causa mortis “Hemorragia pulmonar decorrente de traumatismo do tórax por instrumento contundente”, ou seja, foi assassinado por espancamento.

QUARTEL DA BASE AÉREA DO RECIFE

Durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), o quartel da Base Aérea do Recife desempenhou um papel significativo na repressão política, especialmente no Nordeste do país. Localizado estrategicamente em Pernambuco, na Avenida Maria Irene, no bairro do Jordão, a base foi um dos centros operacionais utilizados pelas Forças Armadas para coordenar e executar ações repressivas contra opositores do regime.

A Base Aérea do Recife, assim como outras instalações militares, esteve envolvida em operações de vigilância, prisões arbitrárias, interrogatórios e, em alguns casos, torturas de indivíduos suspeitos de atividades subversivas ou de oposição ao governo. O quartel serviu como ponto de apoio para o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) e outras agências de inteligência e repressão, facilitando a articulação das ações militares na região.

A Base Aérea do Recife também foi utilizada para monitorar e controlar o espaço aéreo, prevenindo possíveis fugas de militantes e coordenando o transporte de presos políticos para outros centros de detenção no país. A atuação da base foi emblemática do uso das Forças Armadas como instrumento de repressão, contribuindo para a manutenção do regime autoritário no Brasil.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade registra múltiplos depoimentos que confirmam a ocorrência de tortura nas instalações da Base Aérea do Recife. Entre os relatos, destaca-se o

de Alberto Vinícius Melo do Nascimento, que informou ter sido levado ao quartel da Polícia da Aeronáutica na Base Aérea do Recife, onde permaneceu por 12 dias, durante os quais foi submetido a diversas formas de tortura. Entre as práticas de tortura, foi ameaçado de ser lançado de uma aeronave em pleno voo. Para reforçar a ameaça, seus algozes o levaram até um avião com os motores em funcionamento, demonstrando claramente a intenção de concretizar as ameaças.



Mapa extraído do Google Maps

COLÔNIA CORRECCIONAL DE DOIS UNIDOS (COLÔNIA REEDUCACIONAL DE DOIS UNIDOS)

A Colônia Correccional de Dois Unidos, localizada na Avenida Hildebrando de Vasconcelos, S/N, bairro Dois Unidos, foi uma das instituições penitenciárias empregadas durante a ditadura civil-militar no Brasil para a detenção de presos políticos. Reconhecida por suas condições precárias e pela prática sistemática de tortura, a colônia serviu como local de encarceramento de opositores do regime, incluindo sindicalistas, estudantes e outros indivíduos considerados subversivos. O local tornou-se um símbolo da repressão estatal, onde os detidos eram submetidos a tratamentos desumanos e à violação sistemática de seus direitos.

Desde sua construção na década de 1960, a Colônia Correccional de Dois Unidos foi incorporada à estrutura repressiva inicialmente estabelecida pela Secretaria de Segurança Pública (SSP), que visava a vigilância das esquerdas e a contenção do comunismo no período pré-golpe. Após o golpe, sob a ditadura civil-militar, o local foi consolidado como um centro ideal para a prática de tortura e interrogatórios.

Em 27 de dezembro de 1972, por meio do Decreto nº 2686, a Colônia Reeducação de Dois Unidos foi renomeada como Presídio Mourão Filho, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 28 de dezembro de 1972. Posteriormente, o local foi transformado na Escola Estadual Dr. Francisco Pessoa de Queiroz, por meio do Decreto nº 11.294, de 2 de abril de 1986, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 3 de abril de 1986.



Mapa e foto do Google Maps.

Observe-se o relato do ex-major José Ferreira dos Anjos, prestado em depoimento à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, sobre um ocorrido de 1969/1970, do qual ele foi testemunha:

Isso foi em 69, 70 mais ou menos, [...] mas não no DOI-CODI, foi no presídio. Lá no presídio que existia, onde teve muitos presos políticos em Dois Unidos (foi pouco tempos, mas ficou uma turma muito grande de preso político lá) e desta vez foi o cel. Câmara Sena que eu fosse lá para ver se um rapaz havia sido espancado. Me mandou porque a guarda era da Polícia Militar e como nós já tínhamos um relacionamento, ele pediu que eu fosse ver se o rapaz estava espancado. Eu fui, entrei facilmente por a guarda ser da Polícia Militar, e chamei o preso à minha presença e perguntei ao preso se ele havia sido espancado e

ele falou: - De jeito nenhum! (ele estava com medo, né?) Eu não fui espancado. Ele negou. Aí eu disse: - Tira a camisa. E quando tirou a camisa estava cortado de cacete, estava muito "lapiado". Eu disse: - Vista a camisa, você está mentindo. - Mas o senhor sabe que eu não posso falar. - Está certo, você tem toda razão. Mas aí reporteí ao cel. Câmara Sena que o preso havia sido espancado, 'Não precisa nenhum médico ver, o homem está cortado de cacete e estava ele já junto com vinte e tanto presos mais'. Especificamente foi esse o caso que eu tomei conhecimento. (CEMV-DHC, v. 2, p. 118)

4º Batalhão de Comunicações de Exército

Sílvia Montarroyos, conhecida entre seus companheiros de partido como "Tatiana", foi uma das primeiras presas políticas a ser submetida a torturas após o golpe civil-militar de 1964. Com apenas 21 anos na época, foi detida em 2 de novembro de 1964, no bairro de Prazeres, município de Jaboatão dos Guararapes, juntamente com seu noivo, o uruguaio Pedro Macovski Clemachuk ("Gustavo"), e outros membros do Partido Revolucionário Trotskista (PORT). Inicialmente, os presos foram conduzidos à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco.

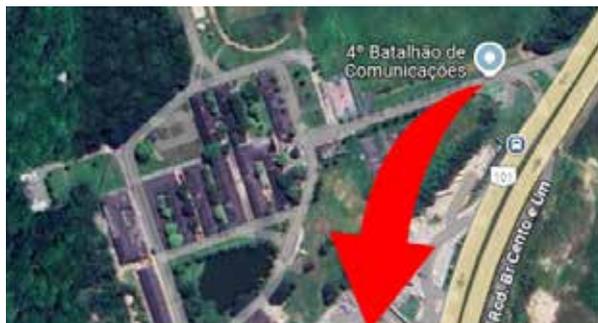
No DOPS, Sílvia passou a noite inteira ouvindo os gritos de seus companheiros sendo espancados. Aproveitando um momento de descuido da vigilância, conseguiu escapar na manhã seguinte, mas foi recapturada poucos dias depois. Sua fuga provocou a ira dos policiais, especialmente do delegado, que passou a liderar pessoalmente as violências contra Sílvia Montarroyos.

Em depoimento emocionado à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), Sílvia Montarroyos descreveu os maus-tratos que sofreu no DOPS. Como os interrogatórios não produziram resultados, Sílvia foi levada para um quartel onde seu noivo "Gustavo" estava detido. Lá, segundo seu relato, foi estuprada.

Cada vez que passava para outro quartel as torturas eram maiores, chegou ao ponto que

resolveram me torturar na frente de Gustavo, que também tinha ficado calado até esse momento. Ele também não falou. Mais aí o trouxeram e diante dele três homens me esturpavam. [...]. (CEMVDHC, v. 2, p. 120)

Não satisfeitos, as autoridades a transferiram para o 4º Batalhão de Comunicações do Exército, localizado na figura a seguir



Mapa e foto do Google Maps.

No quartel de Tejipló, foi encarcerada despida em uma cela móvel, sendo submetida à privação de sono através da exposição constante à luz de lanternas direcionadas ao seu rosto, além de sofrer queimaduras de cigarros em seu corpo. Sílvia Montarroyos relatou à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara os horrores que vivenciou durante seu tempo de detenção no quartel:

Aí fizeram o pior que se pode fazer com um ser humano. Eles me puseram dentro de uma jaula que tinha 80cm x 80cm, deve ser mais ou menos isso aqui. E a altura era 1,80m x 1,70. Isso chama-se “Fernandinho” que era uma paródia, só podia ser, não é? A Fernando de Noronha que era uma ilha paradisíaca, mas lá tinha um presídio. Agora talvez fosse porque dali ninguém fugia, e da ilha também não, tinha que atravessar a nado... Sim, eu sei que isso da jaula foi no quartel de Tejipló, porque tem mata lá. Primeiro, essa jaula que

me puseram foi posta no subterrâneo do quartel. E esse subterrâneo era úmido, era escuro, não tinha luz absolutamente nenhuma, não tinha entrada pra mínima réstia de luz, era muito frio, muito úmido e cheirava a mofo. Eu peguei uma pneumonia dupla e um reumatismo que até hoje carrego. Para sentar, tinha que ser com as pernas encolhidas e eu devo ter ficado ali dentro dessa jaula por mais ou menos 15 dias. É o meu cálculo, eu sei que foi um mês, mas deve ter sido quinze dias ali e depois quinze dias ao ar livre, nas matas do quartel, deixada, esquecida como um bicho... E lá me deixaram, assim, no fundo da mata do quartel, entregue à chuva, ao sol, ao vento. Então, eu tinha visitas. Vinham me visitar todos os dias ratos, lagartixas, baratas, aranhas-caranguejeiras, escaravelhos, lacraus, muriçocas imensas, maruins imensos. (CEMVDHC, v. 2, p. 120)

Sílvia Montarroyos foi internada no Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano, conhecido na época como Hospital da Tamarineira, onde permaneceu por aproximadamente 10 meses. Ao ser admitida, estava com apenas 23 quilos. O tratamento da época incluía a administração de choques elétricos e medicamentos, apesar dos quais ela conseguiu alguma recuperação. Entretanto, devido à emissão de um novo mandado de prisão pelos militares, Sílvia foi obrigada a fugir de Recife.

2ª COMPANHIA DE GUARDAS

A 2ª Companhia de Guardas, situada na Avenida Visconde de Suassuna, nº 99, no bairro da Boa Vista, onde hoje funciona o Ministério Público de Pernambuco – Promotorias de Justiça da Capital, integrou a estrutura repressiva do regime militar, colaborando com outros órgãos de segurança na detenção de opositores políticos e na manutenção da ordem estabelecida pelo regime. Em depoimento à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, José Expedito Prata, funcionário da Sudene na época da ditadura civil-militar, devido à sua formação em arquitetura, foi capaz de descrever os espaços utilizados na 2ª Companhia de Guardas para a prática de violações dos direitos humanos.

Havia 2 xadrezes, denominados X1 e X2, que ficavam à esquerda de quem entrava no quartel e do lado direito do corredor. Cada xadrez com 20 metros quadrados, e um compartimento sem portas com um WC, tipo latrina “turca” e com uma ducha fria no canto. O piso do xadrez era de cimento, com duas aberturas na parede do fundo, com grades que permitiam a ventilação e iluminação natural da cela. [...] Em frente das celas um corredor perpendicular, estreito e escuro dava acesso a duas minúsculas celas solitárias, cada uma com um metro por dois. Conforme narrativa do tenente Lima. “Com paredes ásperas, chão cimentado, sem sanitário, precária ventilação e iluminação, ali ficavam os presos de alta periculosidade. Fazia-se rodízio para que todos frequentassem essas solitárias, que serviam também para “amaciar” os presos antes de serem ouvidos no IPM. Julião foi assíduo frequentador da solitária... [...] Passavam pela Companhia de Guardas aqueles presos que seriam ouvidos e formalizados os processos a serem encaminhados à Auditoria Militar. Era um sinal que o “processo andava”. [...] A porta de entrada da cela era gradeada de ferro e trancada com cadeado que amarrava uma corrente de aço que rodeava parte das grades. Ao abrir as celas era sempre aquele barulho de corrente raspando o ferro da grade. Todos despertavam assustados, pois alguém seria retirado para ser interrogado, transferido, ou receber novos hóspedes, intactos ou feridos. Era a oportunidade também de recebermos mais informações do mundo externo. (CEMVDHC, v. 2, p. 73-78)

José Expedito Prata foi libertado e retornou ao trabalho na Sudene. Posteriormente, contraiu matrimônio com sua colega Regina Mendes e, em seguida, obteve asilo na França, com o apoio do cônsul francês, Sr. Marcel Morin.

Em maio de 1989, a 2ª Companhia de Guardas foi relocada para o complexo militar do Curado, integrando as instalações do Quartel-General da 7ª Região Militar.



Mapa e foto do Google Maps.

Parque Regional de Motomecanização da 7ª Região Militar

O Secretário de Imprensa do governo de Miguel Arraes, o jornalista e radialista Amaro Alexandrino da Rocha, foi detido em 3 de abril de 1964, ao sair da residência de um amigo no bairro da Boa Vista. Como estava dando carona ao sobrinho do proprietário da casa, este também foi detido. Inicialmente, ambos foram conduzidos ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e, posteriormente, quando estavam a caminho do Horto de Dois Irmãos, levados para o Parque Regional de Motomecanização da 7ª Região Militar, localizado na Avenida Dezesete de Agosto, 784 - Casa Forte. Segundo suas próprias palavras:

Quando saí do carro, já fui apanhando, levei uma surra de baioneta. Vilcoq tinha convencido os soldados que a gente ia estuprar as irmãs dele, as esposas deles... Na hora em que o menino ia descendo da Rural, tropeçou e deu uma cabeçada num sargento. Aí disseram “esse rapaz é perigosíssimo” e cobriram ele na tapa. Eu sei que minha roupa ficou toda ensanguentada, quebraram o meu rosto todo, levei um “telefone” [golpe aplicado com as mãos simultaneamente nos dois ouvidos], mas o pessoal do exército não sabia dar telefone, eles ainda estavam apren-

dedo... Depois nos colocaram num galpão escuro. Foi lá onde conheci o “Cubano”. Aí ficavam dizendo que à meia-noite iam levar a gente para Fernando de Noronha, que tinham resolvido não fuzilar em Dois Irmãos... Isso a noite toda. E eu não podia me sentar, não podia ficar em pé, todo doído. (CMV-DHC, v.2, p. 263)

Em 28 de dezembro de 1979, o Parque Regional de Motomecanização da 7ª Região Militar foi extinto, dando lugar ao Parque Regional de Manutenção da 7ª Região Militar.



Foto Extraída do Google Maps, pesquisado a partir dos endereços do Parque Regional de Motomecanização da 7ª Região Militar e do Centro de Preparação da Reserva do Recife – CPOR/R

Comissariado de Caxangá

O engenheiro Ulrich Hoffman, formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), foi detido duas vezes após o golpe civil-militar de 1964. Na primeira ocasião, ele foi mantido sob custódia no quartel do IV Exército de abril a agosto de 1964, durante o qual sofreu agressões físicas e psicológicas. Essas ações tinham como objetivo forçá-lo a delatar indivíduos, fornecer informações sobre pessoas foragidas e confessar sua suposta participação em atividades consideradas subversivas, tanto como ativista do Partido Comunista quanto como funcionário da Sudene. No final de outubro de

1965, Ulrich Hoffman e sua esposa, Marise Borém Pimenta Hoffman, foram detidos após a invasão de sua residência. Durante essa incursão, ambos foram submetidos a agressões físicas e psicológicas, e sua residência foi desorganizada e danificada pelos agentes, que buscavam provas materiais de atividades consideradas subversivas.

Ulrich Hoffman foi submetido a um tratamento brutal no Comissariado de Caxangá, vejamos:

[...] Após a prisão, fui levado para a delegacia de Caxangá e colocado totalmente despido numa cela em que estava preso o suposto assassino de um juiz do interior, e deixado sem alimentação e agasalho por uma semana, e sem qualquer tipo de comunicação com o exterior. Em duas oportunidades recebi pauladas e ameaças de morte. Além disso, foram realizadas ameaças que envolviam física e moralmente minha esposa. Passados 15 dias, inesperadamente, possivelmente como resultado das pressões externas, a polícia resolveu expulsar a mim e a Marise do Recife colocando-nos só com a roupa do corpo em um avião de carreira para São Paulo. Esse fato, ainda que nessas circunstâncias tenha sido recebido com um grande alívio, significou a perda total de todos os móveis, aparelhos eletrodomésticos, objetos e demais pertences pessoais já que na oportunidade ninguém se dispunha a tomar possíveis iniciativas. Um mês após a expulsão, foi decretada a minha prisão preventiva e de minha esposa, conhecida através de publicação em jornais e fomos considerados fugitivos. Tendo em vista esta situação tivemos que sair do país para evitar sermos novamente presos. [...] (CEMVDHC, v. 2, p. 78-79)



Mapa do Google Maps.

Passaremos agora a identificar outros locais utilizados para a prática de tortura durante o regime militar, com ênfase em suas funções repressivas, sem abordar os relatos individuais das vítimas.

7ª Companhia de Intendência

(Hoje: 7ª Companhia de Comunicações)

Endereços: Entre abril de 1942 a janeiro de 1976: Avenida Caxangá 5.666, bairro da Madalena (Casarão dos Pereira Carneiro)



Mapa do Google Maps

Foto: Facebook – Recife de Antigamente

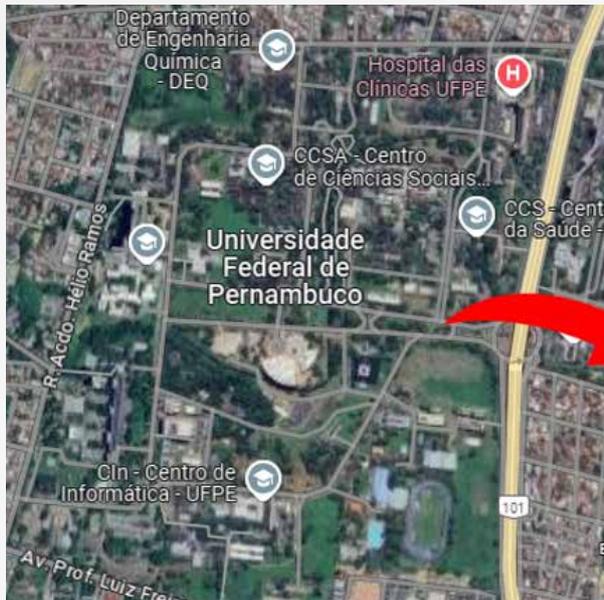
De 1976 até os dias de hoje: Avenida Padre Ibiapina, 300, bairro de Tejipló.



Mapa e Imagem do Google Maps

Universidade Federal de Pernambuco

Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária.



Mapa do Google Maps

Imagem: <https://algomais.com/10-imagens-da-ufpe-de-antigamente/>

Depósito Regional de Subsistência

(Hoje: 7º Depósito de Suprimentos com denominação histórica de “Depósito Campina do Taborda”.)

Rua General Estilac Leal, nº 439 – Cabanga



Mapa e Imagem do Google Maps

Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco

Rua da Aurora, 405, bairro da Boa Vista



Mapa e imagem do Google Maps

CPOR/R - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife

Av. Dezanete de Agosto, 1020, bairro de Casa Forte



Mapa e foto do Google Maps.

Serão demonstrados aqui alguns dos locais mapeados que evidenciam pontos de intensos confrontos entre militares e estudantes, além de registros de atentados e execuções.

Execução sumária dos estudantes José de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar, de 23 anos em frente do Edifício JK.

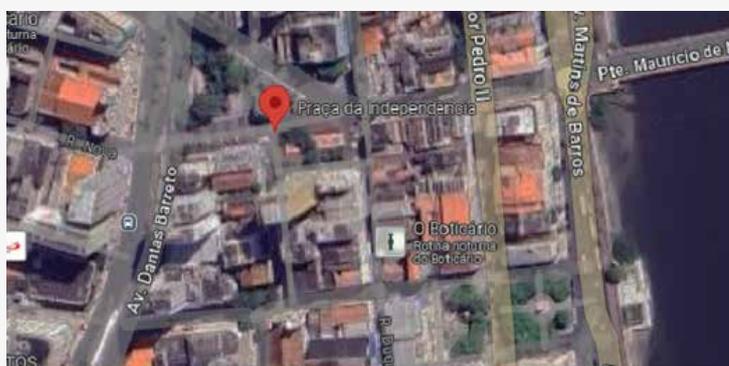


Mapa e foto do Google Maps

No dia 1º de abril de 1964, ocorreu uma passeata de universitários e secundaristas, organizada pelos Diretórios da Escola de Engenharia e da Central dos Estudantes (DCE), ambos de orientação comunista, com destino ao Palácio do Governo. O protesto, que atraiu a participação popular, aconteceu na Av. Dantas Barreto, onde os manifestantes confrontaram as tropas militares postadas em frente ao Edifício JK. Os soldados dispararam para o alto na tentativa de conter os manifestantes, que responderam com o arremesso de pedras e laranjas, levando os militares a atirarem. O confronto resultou na morte de dois estudantes, José de Albuquerque Barros, de 17 anos, e Ivan da Rocha Aguiar, de 23 anos, além de um ferido, Ubirajara Nunes da Silva, de 19 anos.

Passeata estudantil com confronto – Praça da Independência e Igreja de Santo Antônio

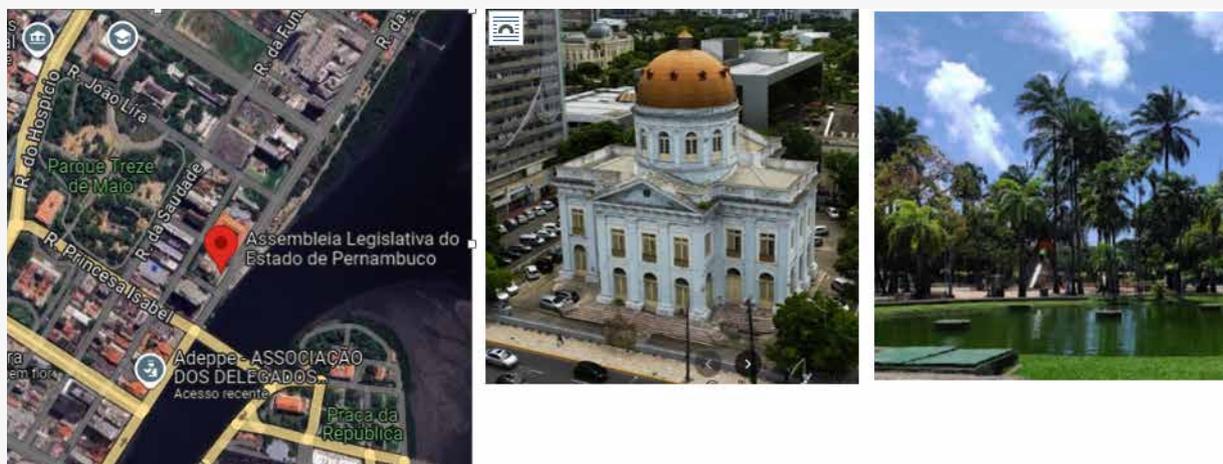
A passeata estudantil realizada em 23 de setembro de 1966, inicialmente marcada para as 17 horas em frente à Faculdade de Direito da UFPE, foi prejudicada pelo forte policiamento, levando à divisão dos manifestantes em dois grupos que se encontraram na Praça da Independência. Os estudantes se refugiaram na Matriz de Santo Antônio quando a polícia avançou. Apesar dos protestos do monsenhor Severino Nogueira, os universitários realizaram uma assembleia improvisada na igreja. O secretário de Segurança Pública, tenente-coronel Gabriel Aguiar, ordenou a evacuação forçada do local, com os policiais utilizando cassetetes de madeira. Na tentativa de fugir, o aluno José Maria de Carvalho saltou de uma janela e sofreu traumatismo craniano.



Mapa do Google Maps e foto extraída do <https://algomais.com/5-fotos-da-praca-da-independencia-antigamente/>

Passeata estudantil – Palácio Joaquim Nabuco (Assembleia Legislativa) e Parque Treze de Maio

No dia 20 de maio de 1967, o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio relataram o maior confronto entre estudantes e policiais em Recife. A manifestação, inicialmente prevista para ocorrer na Praça da Independência, foi impedida pelo intenso policiamento. Os estudantes então se dirigiram à Assembleia Legislativa, onde realizaram um comício nas escadarias do Palácio Joaquim Nabuco. O prédio foi cercado por soldados, e após negociação entre o deputado Ênio Guerra e o general Antônio Adeodato Montalvene, os estudantes receberam garantia de saída pacífica, cantaram o Hino Nacional e foram acompanhados pelos deputados Valdemar Borges, Ênio Guerra e Vital Novaes. Ao tentarem seguir pela Rua da Aurora, foram bloqueados pela polícia e desviaram para o Parque Treze de Maio, onde ocorreu um segundo confronto. Vários estudantes foram presos, com versões divergentes sobre o uso de força: a polícia afirmou que apenas dissipou os motins, enquanto os estudantes relataram espancamentos.



Mapa e foto do Google Maps

Atentado ao presidente da União dos Estudantes de Pernambuco Cândido Pinto de Melo

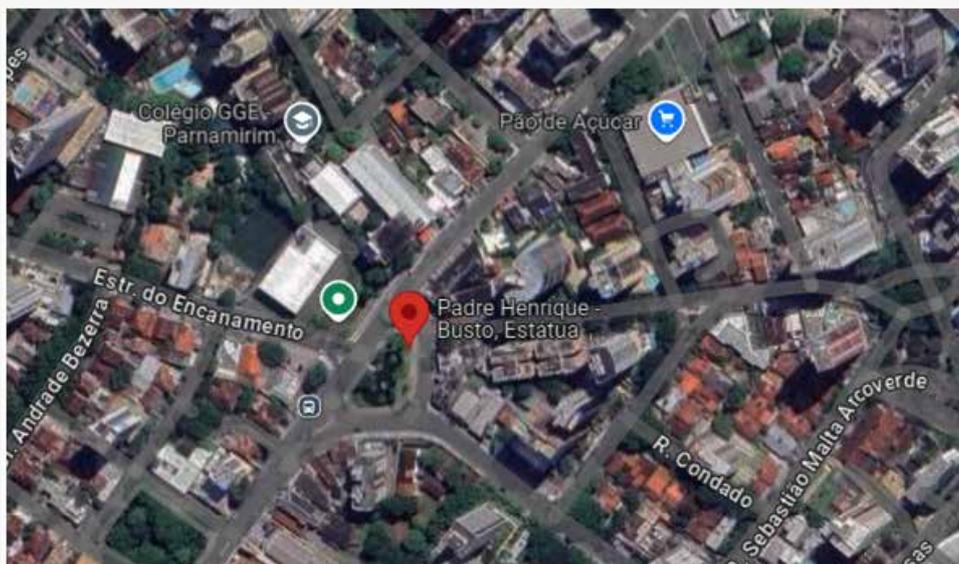
Candido Pinto de Melo integrou o DA de Engenharia da UR em 1965, participou do congresso da UNE em Ibiúna/SP, em 1967, sendo condenado a dois anos de detenção por atividades políticas pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército. Em 28 de abril de 1969, esse jovem de 22 anos foi alvejado com diversos tiros por policiais militares mascarados em uma caminhonete não identificada, nas imediações da ponte da Torre, em Recife. O principal acusado dessa tentativa de homicídio foi o tenente José Ferreira dos Anjos. Em decorrência dessa tentativa de assassinato, Candido Pinto ficou paraplégico pelo resto da sua vida e a UEP foi desestruturada.



Mapa e foto do Google Maps

Sequestro do Padre Henrique

O Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto foi sequestrado, torturado e assassinado na madrugada de 27 de maio de 1969, por membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e agentes da Polícia Civil de Pernambuco. Na noite anterior, em 26 de maio, o sacerdote havia participado de uma reunião com jovens e seus pais, realizada na residência de um deles, localizada no Largo do Parnamirim, onde foi visto pela última vez.



Mapa e foto do Google Maps

EXPLORANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR:

SITES, FILMES, LIVROS E MÚSICAS QUE RETRATAM UM PERÍODO DE REPRESSÃO

SITES

ARQUIVO NACIONAL MEMÓRIAS REVELADAS



HISTÓRIA DA DITADURA



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE



COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA



FILMES

Batismo de Sangue

O filme, que leva o mesmo título da obra de Frei Betto, narra a atuação valente dos frades dominicanos no final da década de 1960. Esses religiosos desempenharam um papel fundamental ao prestar apoio na ocultação de militantes que se opunham à ditadura militar, além de, em certos casos, facilitar a saída desses indivíduos do país. Entre os que receberam ajuda, destaca-se Carlos Marighella, uma das principais figuras de liderança na resistência ao regime.

O que é isso, companheiro?

A obra narra o episódio emblemático do sequestro de Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, ocorrido em setembro de 1969. A ação foi cuidadosamente planejada e realizada por membros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN), ambos grupos de resistência ao regime militar que dominava o País.

Pra frente, Brasil

Jofre, um trabalhador de classe média, procura manter-se afastado das questões políticas em um Brasil mergulhado na ditadura militar. Apesar de sua postura apolítica, ele se envolve em um relacionamento com um militante bastante ao regime. Em um momento decisivo, Jofre compartilha um táxi com um homem acusado de fazer parte de grupos revolucionários, o que leva à sua prisão. Não cárcere, ele é brutalmente torturado. A narrativa se desenvolve paralelamente à euforia da Copa do Mundo de 1970, destacando o contraste entre a emoção esportiva e o cenário de repressão.

Jango – Documentário 1984

A trajetória política de João Goulart, o 24º presidente do Brasil, foi interrompida de forma abrupta com sua destituição, resultado de um golpe militar que se consumiu nas primeiras horas de 1º de abril de 1964.

Tropicália

O filme Tropicália é um documentário que explora o movimento cultural homônimo surgido no Brasil na década de 1960. O longa destaca o impacto da Tropicália na música, artes visuais e na cena cultural, em meio à repressão política da ditadura militar. Através de entrevistas, imagens de arquivo e depoimentos de artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Tom Zé, o filme retrata como o movimento desafiou as normas culturais e políticas da época, influenciando profundamente a cultura brasileira com sua proposta inovadora e contestadora.

O Dia Que Durou 21 Anos

O documentário explora a participação do governo dos Estados Unidos na preparação do golpe de Estado de 31 de março de 1964, com ações que remontam a 1962. O filme analisa as influências externas e o apoio estratégico fornecido pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, que superou para a união do golpe que derrubou o governo democraticamente eleito no Brasil, levando à instauração do regime militar.

MÚSICAS

Diversas músicas abordaram a ditadura militar no Brasil, utilizando a arte como forma de resistência e crítica ao regime. Entre as mais emblemáticas, destaca-se:

• **Pra não dizer que não falei das flores:** Escrita e interpretada por Geraldo Vandré, ficou em segundo lugar no Festival Internacional da Canção de 1968. Tornou-se um hino de resistência contra a ditadura, mas foi proibida pelo regime militar por incitar a população à resistência.

• **Cálice:** Composta por Gilberto Gil e Chico Buarque, esta canção criticava a ditadura por meio de metáforas e referências bíblicas, utilizando um jogo de palavras onde o título se assemelha foneticamente ao imperativo “cale-se”, sugerindo o silenciamento imposto pelo regime.

• **Proteção:** Da banda Plebe Rude, a canção retrata a polícia como um instrumento de repressão utilizado pelo Estado ilegítimo.

• **Apesar de você:** Composição de Chico Buarque, também se tornou um símbolo de oposição à repressão do regime.

• **O Bêbado e a Equilibrista:** De Aldir Blanc e João Bosco, tornou-se uma das canções mais marcantes do período, com metáforas sobre a situação política e social do Brasil.

• **Alegria, Alegria:** Com Caetano Veloso, simboliza a ruptura estética e cultural, além de transmitir um espírito de resistência em meio ao contexto ditatorial.

• **Panis et Circenses:** Composição de Caetano Veloso e Gilberto Gil, aborda a alienação social em tempos de repressão política.

• **Cartomante:** Canção de Ivan Lins e Victor Martins, também marcada por metáforas que aludem à censura e repressão.



